

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO  
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**54ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**

**ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA (AUDIÊNCIA PÚBLICA)  
COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DA AMAZÔNIA,  
INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
REALIZADA EM 17 de maio de 2011.**

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia dezessete de maio de dois mil e onze, reuniram-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR com a participação da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional - CAINDR, no Anexo II, Plenário 6 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Celso Maldaner – Segundo Vice-Presidente da CAPADR; Alceu Moreira, Domingos Sávio, Hélio Santos, Homero Pereira, Josias Gomes, Marcon, Moacir Micheletto, Nelson Padovani, Paulo Cesar Quartiero, Reinhold Stephanes, Vitor Penido e Zonta – Titulares da CAPADR; Afonso Hamm, Alberto Filho, Celia Rocha, Edinho Araújo, Jairo Ataíde, Luiz Carlos Setim, Neri Geller, Onyx Lorenzoni, Oziel Oliveira, Roberto Dorner, Valdir Colatto e Valmir Assunção – Suplentes da CAPADR; e os Deputados Gladson Cameli – Presidente da CAINDR; Neri Geller – Titular da CAINDR; Luciano Moreira e Professora Marcivânia - suplentes da CAINDR. Compareceram também os Deputados Eduardo Sciarra, Junji Abe e Ságuas Moraes, como não-membros das duas Comissões. Deixaram de comparecer os Deputados Abelardo Lupion, Arthur Lira, Assis do Couto, Beto Faro, Bohn Gass, Carlos Magno, Davi Alves Silva Júnior, Dilceu Sperafico, Edson Pimenta, Heleno Silva, Jesus Rodrigues, José Nunes, Josué Bengtson, Júlio Cesar, Leandro Vilela, Lira Maia, Luis Carlos Heinze, Luiz Nishimori, Moreira Mendes, Nilton Capixaba, Paulo Piau, Pedro Chaves, Reinaldo Azambuja, Ronaldo Caiado, Vander Loubet e Zé Silva da CAPADR. Justificou a ausência o Deputado Vander Loubet da CAPADR. Assumindo a Presidência, o Deputado Celso Maldaner declarou abertos os trabalhos, cumprimentou a todos e esclareceu que a reunião se destinava a debater sobre "Os problemas dos assentamentos rurais no Brasil. Problemas da Gleba Nhandú, localizada no município de Novo Mundo/MT. Regularização fundiária nos municípios de Tapurah; Itanhangá; e Comodoro; na região do Pontal do Marape; e no distrito de Groslândia do município de Lucas do Rio Verde; do Estado de Mato Grosso". Prosseguindo, o Presidente esclareceu as regras para os trabalhos, informou que a lista de inscrições para os debates estava à disposição dos Senhores Deputados e convidou para comporem a mesa os Senhores: José Esteves de Lacerda Filho - Secretário da Casa Civil do Governo do Estado de Mato



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

<b>CONJUNTA – COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL/ COMISSÃO DA AMAZÔNIA</b>		
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>Nº:</b> 0506/11	<b>DATA:</b> 17/05/2011
<b>INÍCIO:</b> 14h34min	<b>TÉRMINO:</b> 18h01min	<b>DURAÇÃO:</b> 03h26min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 03h26min	<b>PÁGINAS:</b> 69	<b>QUARTOS:</b> 42

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**CELSO LISBOA DE LACERDA** – Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

**JOSÉ LACERDA** – Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado de Mato Grosso.

**SHIRLEY ANNY ABREU DO NASCIMENTO** – Secretária Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, do MDA.

**JOSÉ HÉLIO RIBEIRO** – Prefeito de Novo Mundo, Mato Grosso.

**VANDERLEY PROENÇO RIBEIRO** – Prefeito do Município de Itanhangá.

**LEO BILIBIO** – Presidente da Associação dos Moradores do Pontal do Marape.

**SAMUEL DOS SANTOS** – Representante dos assentados do Município de Novo Mundo.

**SILVINO DAL BO** – Representante dos produtores rurais de Novo Mundo.

**WILLIAN CÉSAR SAMPAIO** – Superintendente do INCRA.

**SUMÁRIO:** Debate sobre os problemas dos assentamentos rurais no Brasil; os problemas da Gleba Nhandú, localizada no município de Novo Mundo, Mato Grosso; a regularização fundiária nos Municípios de Tapurah, Itanhangá e Comodoro, na região do Pontal do Marape, e no distrito de Groslândia, do Município de Lucas do Rio Verde — todos no Estado de Mato Grosso.

**OBSERVAÇÕES**

**Audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com a participação da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.**

**Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.**

**Houve exibição de vídeo.**

**Há orador não identificado em breve intervenção.**



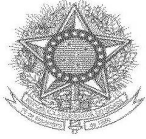
**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Celso Maldaner) - Senhoras e senhores, boa tarde.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com a participação da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, convocada para debater os problemas dos assentamentos rurais no Brasil; os problemas da Gleba Nhandú, localizada no município de Novo Mundo, Mato Grosso; a regularização fundiária nos Municípios de Tapurah, Itanhangá e Comodoro, na região do Pontal do Marape, e no distrito de Groslândia, do Município de Lucas do Rio Verde — todos no Estado de Mato Grosso.

Esta audiência pública foi proposta pelo Deputado Homero Pereira, do PR de Mato Grosso, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e pelo Deputado Neri Geller, do PP de Mato Grosso, na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

Foram convidados para participar desta audiência como expositores José Esteves de Lacerda Filho, Secretário Chefe da Casa Civil do Estado de Mato Grosso; Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA; Shirley Anny Abreu do Nascimento, Secretária Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do MDA, em exercício; José Hélio Ribeiro, Prefeito do Município de Novo Mundo, Mato Grosso; Vanderley Proença Ribeiro, Prefeito do Município de Itanhangá, Mato Grosso; Willian César Sampaio, Superintendente do INCRA em Mato Grosso; Silvino Dal Bo, representante dos Produtores Rurais do Município de Novo Mundo, Mato Grosso; Léo Bilibio, Presidente da Associação dos Moradores do Pontal do Marape, Mato Grosso; Samuel dos Santos, representante dos Assentados do Município de Novo Mundo, Mato Grosso.

Convido a tomar assento à mesa os Srs. José Esteves de Lacerda Filho, Celso Lisboa de Lacerda, Shirley Anny Abreu do Nascimento, José Hélio Ribeiro e Vanderley Proença Ribeiro. Convido ainda os Srs. Léo Bilibio, Silvino



Dal Bo, Willian César Sampaio e Samuel dos Santos para tomarem assento na primeira fila de cadeiras.

Informo que os expositores terão prazo de 10 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.

Os Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Indago aos Deputados Deputado Homero Pereira e Neri Geller, autores do requerimento, se gostariam de fazer alguma observação antes de darmos início às exposições.

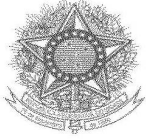
**O SR. DEPUTADO HOMERO PEREIRA** - Sr. Presidente, nós vamos nos pronunciar depois dos palestrantes. Apenas gostaríamos que fosse atendida a inversão solicitada pelo Presidente do INCRA, para que ele use da palavra primeiro, porque tem um compromisso na Casa Civil. Ele pretende retornar após o compromisso. Se assim procedermos, contaremos com sua participação tanto na abertura quanto no encerramento desta audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Celso Maldaner) - Obrigado, Deputado.

Então, eu passo a palavra ao Sr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, pelo prazo de 20 minutos. Antes, porém, passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Homero Pereira.

**O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA** - Boa tarde a todos.

Quero agradecer o convite e a oportunidade de debater os assuntos inerentes à reforma agrária no Brasil. Somos um país continental com imensos problemas ainda por serem resolvidos, problemas que, temos consciência, o INCRA sozinho conseguirá resolver. Nesse sentido, se não tivermos um pouco de pragmatismo, se não nos juntarmos todos, Legislativo, Executivo e também Judiciário, para o bem de toda a sociedade brasileira, principalmente dos produtores rurais, não conseguiremos avanços.



Quero também pedir desculpas a todos. Eu havia programado estar aqui durante toda a tarde de hoje, mas às 13h o Ministro Pallocci telefonou, convocando uma reunião para as 14h. Como para mim esta audiência é muito importante, pedi a ele que a reunião fosse mais tarde. Infelizmente, a única brecha em sua agenda era às 15h. Então, eu vou me retirar, porque não tenho como não atender a uma convocação do Ministro da Casa Civil, mas voltarei em seguida.

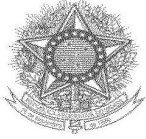
Eu assumi o INCRA há apenas pouco mais de 1 mês, mas não sou desconhecedor dos problemas agrários do País, nem do INCRA, porque já estou no órgão desde o início do Governo do Presidente Lula. Fui Superintendente do INCRA no Estado do Paraná por 5 anos, fui Diretor do INCRA aqui em Brasília e agora, por opção da Presidenta Dilma, assumi a Presidência do INCRA.

Acredito que a Presidenta, quando me escolheu para Presidente, sinalizou que quer uma gestão bastante técnica, porque eu não tenho nenhum perfil político — nunca fui candidato e sempre procurei desempenhar um trabalho bastante técnico no sentido de avançar nos propósitos.

O principal da pauta acredito serem todos os problemas com os quais deparamos no Estado do Mato Grosso, e não apenas aqueles relacionados às glebas como projeto de assentamento — e projeto de assentamento sem infraestrutura e sem previsão de dar aos produtores condições e liberdade de tomarem financiamento. Estamos plenamente conscientes dos transtornos que isso significa para os produtores e temos uma proposta de encaminhamento.

Creio que já presenciaram a fala da Presidenta Dilma sobre a questão agrária. A Presidenta quer emancipar os assentamentos passíveis de serem emancipados. Então, não se trata de minha vontade, mas de uma determinação da Presidenta da República — que vamos cumprir.

Relativamente ao Mato Grosso, já tivemos nesse mês e meio em que estou presidindo o INCRA duas agendas com Parlamentares do Estado, uma delas na semana passada com o Governador Silval. S.Exa., juntamente com alguns Parlamentares — entre eles o Deputado Neri Geller, aqui presente —, nos trouxe a demanda de sermos muito objetivos e pragmáticos. Nós nos



comprometemos com a pauta, mas o trabalho é bastante grande, há lá várias peculiaridades que nós temos que tratar.

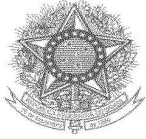
Combinamos que, assim que concluirmos a transição política por que passa o INCRA... Hoje o INCRA tem Presidente, que sou eu, mas ainda não tem diretores e superintendentes confirmados — e esse é o assunto da pauta que vamos daqui a pouco tratar com o Ministro Palocci. Pois bem, combinamos que, assim que tivermos superintendente confirmado em Mato Grosso, vamos fazer uma agenda com o Governador e sua equipe para traçarmos um plano de trabalho, porque a Superintendência em Mato Grosso já está fazendo um diagnóstico de toda a região em que se encontram as glebas e os Municípios aqui citados — estão aqui presentes Prefeitos desses Municípios. Vamos nos sentar com o Governador porque, sem a parceria do Governo do Estado, podemos até fazer, mas vamos levar muito mais tempo. Obviamente, buscamos uma parceria com o Governo do Mato Grosso para agilizar os trabalhos.

Encerro este primeiro momento dizendo que estamos, sim, cientes da grandeza do problema. Internamente, no Executivo Federal, temos de fazer um trabalho conjunto do INCRA com o Programa Terra Legal — aqui está a Shirley, que o representa —, e acredito que, em parceria com o Governo do Estado, poderemos avançar e resolver definitivamente a vida de todo mundo daquela região, tanto dos produtores quanto dos Municípios, que devem sofrer com problemas decorrentes da falta de infraestrutura nessas áreas. Acredito que há solução para isso, sobretudo após a reunião em Mato Grosso. Se for preciso alterar normativas do INCRA para facilitar o trabalho, vamos fazê-lo. Obviamente esse trabalho será pautado sobre a legislação vigente, mas é possível fazê-lo de forma a resolver o problema.

Concluo aqui minha apresentação. Ao retornar, poderei aprofundar a discussão.

Vou me retirar, mas deixo em meu lugar o Diretor de Reordenamento Agrário, Richard Martins Torsiano, para responder pelo INCRA.

Obrigado.



**O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE** - Sr. Presidente, pela ordem.

Aproveito a presença do Presidente Celso de Lacerda para lhe desejar sucesso, que presidir o INCRA é uma missão bastante forte.

Lembro que questão da regularização fundiária também engloba Santa Catarina. Fui Superintendente do INCRA em 1985 e fiz assentamentos em Santa Catarina. Até hoje aqueles produtores não foram titulados. Portanto, trata-se de uma questão que realmente temos de reforçar. Esta Casa pede por isso.

Como é difícil nos encontrarmos nesta Casa em função das tantas atividades, quero deixar uma pergunta, que naturalmente o Presidente do INCRA pode responder quando retornar. Quantas regularizações fundiárias, titulações e emancipações de assentamentos já foram feitas e quantas ainda faltam fazer? Há algum cadastro das pessoas sem terra?

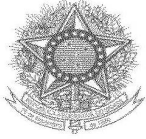
Estamos tentando buscar uma solução para isso, porque há aquela história de que não há verba, de que não se podem fazer assentamentos, e culpa-se o Congresso Nacional. É preciso existir um planejamento. O INCRA tem de se capaz de dizer que há um cadastro de 10 mil, 20 mil, 40 mil sem-terra e que é preciso tanto de dinheiro para assentá-los. É como a EMBRAPA faz: traz aqui a previsão, nós aprovamos o orçamento, e a EMBRAPA executa o seu trabalho. O que não pode acontecer é ficar nessa história de que não há verba.

Portanto, deixo estas perguntas: Quantos assentamentos há para titular? Quanta terra do INCRA já foi desapropriada ou está em andamento de ser? Quantos sem-terra há e de quanta terra precisamos para resolver a questão da reforma agrária, assentando as demandas existentes?

Aproveitei a presença do Presidente para apresentar essas questões, esperando que depois voltemos ao assunto.

**CELSO LISBOA DE LACERDA** - Deputado, temos hoje no Brasil um pouco mais do que 8.100 assentamentos, com 924 mil famílias assentadas, muitas já em fase de emancipação. Agora, precisamos tomar o cuidado de





deixar essas famílias com liberdade no momento em que estiverem numa situação de autossustentabilidade.

Depois podemos discutir melhor o assunto, mas o que o senhor disse é de fundamental importância para nós: nós precisamos de um plano de trabalho e vamos elaborá-lo. Nos próximos dois meses, deverá estar pronto um plano detalhado, o que nós pretendemos fazer, onde tem demanda, e de que forma nós propomos o desenvolvimento dos assentamentos, incluindo-os num desenvolvimento regional. Esse plano virá e será público, inclusive.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Homero Pereira) - O.k., Sr. Presidente.

Convido o Dr. Richard para assumir aqui.

Antes, quero aqui registrar que esta é uma audiência conjunta da Comissão da Agricultura e da Comissão da Amazônia.

Encontra-se presente o Presidente da Comissão da Amazônia, Deputado Gladson Cameli, do Acre.

Se o Presidente quiser se pronunciar como Presidente da Comissão, poderá fazê-lo. Passaremos inicialmente a palavra aos Srs. expositores e em seguida a todos os Srs. Parlamentares.

Com a palavra o Presidente da Comissão da Amazônia.

**O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI** - Obrigado, Deputado.

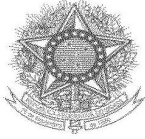
Queria fazer um pequeno relato e, ao mesmo tempo, passar a presidência ao Deputado Neri Geller, para que ele aqui represente a Comissão da Amazônia.

Deputado Neri, quero dizer a todos que nós vamos montar uma comissão na Comissão da Amazônia para acompanhar de perto, ir ao Mato Grosso, ouvir as pessoas, juntamente com vários Parlamentares e com a Comissão da Agricultura, e abraçar esta causa juntos.

Queria fazer esse relato e passar os trabalhos para V.Exa., que, com toda a certeza, terá habilidade para conduzir e representar muito bem a Comissão da Amazônia neste plenário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Homero Pereira) - Obrigado, Presidente.



Vamos de imediato ouvir os depoimentos das pessoas que estão inscritas.

Passo a palavra ao Sr. José Lacerda, Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 10 minutos.

**O SR. JOSÉ LACERDA** - Deputado Homero Pereira, Deputado Roberto Dorner, Deputado Neri Geller, Deputado Ságuas Moraes, Deputado Ezequiel, Dr. Celso Lacerda, Presidente do INCRA, Prefeito Léo, Prefeito José Hélio, Vanderlei Proença, Deputado Gladson Cameli, Presidente da Comissão da Amazônia, senhores e senhoras.

Deputado Homero, transmito, em nome do Governador do Estado, Silval Barbosa, um abraço a todos os participantes deste trabalho.

Quero aqui pegar uma ótica um pouco voltada a dois problemas: um é a faixa de fronteira que atinge 11 Estados brasileiros e o outro é o Decreto nº 1.164, de 1971, que atinge a Amazônia Legal, na margem de 100 quilômetros das rodovias federais.

Existe uma grande divergência na questão da competência. São dois pontos que têm causado grandes prejuízos. Vou começar pela faixa de fronteira.

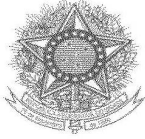
O art. 1º, da Lei nº 601, de 1850, já fez a previsão da faixa de 66 quilômetros das fronteiras do Brasil com os países vizinhos.

A primeira lei que veio regulamentar foi a Lei nº 2.597, de 13 de setembro de 1955. O § 2º do art. 10º dessa lei ratifica todos os títulos emitidos pelos Estados da Federação — são 11 Estados brasileiros.

Ocorre que a faixa de 66 quilômetros deveria ter sido respeitada no período de 1891 até 16 de julho de 1934. A de 100 quilômetros, no período de 16 de junho de 1934 até 12 de novembro de 1937. E a faixa de 150 quilômetros a partir de abril de 1971.

Depois veio a Constituição de 1988.

Diz o art. 51, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que todos os títulos emitidos pelos Estados, no período de 31 de dezembro de 1962 até 31 de dezembro de 1987, seriam revistos pelo Congresso Nacional por um período de três anos. Isto não ocorreu.



Ocorre que, com esta situação, em todos os títulos emitidos pelos Estados estão sendo hoje ajuizadas ações anulatórias pela União Federal, através da autarquia INCRA, e isso está atingindo 11 Estados da Federação, em toda a faixa de fronteira de 150 quilômetros, criando uma insegurança jurídica.

Eu vou colocar: só no Mato Grosso, são mais de 3.800 propriedades que estão hoje com essa pendência jurídica, que na realidade é um conflito de competência entre a União e os Estados da Federação — são 11 Estados.

Já existe em Mato Grosso mais de 50 ações ajuizadas. Está aqui o William, Superintendente do INCRA, que tem conhecimento disso. Isso tem dificultado bastante, inclusive as desapropriações, porque ajuiza-se a ação de desapropriação e, posteriormente, entra-se com ação anulatória dos títulos emitidos pelo Estado.

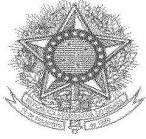
Ocorre que, se a venda for a *non domino* pelos Estados, se o Estado vendeu o que não era dono, ele vai ter que responder pela venda que fez, porque recebeu quando vendeu lá, em 1950 até 1962. E todas essas vendas foram feitas pelo Estado.

Então, acho que esta é uma questão de natureza gravíssima em relação... Inclusive tratamento não isonômico entre os Estados da Federação e que eu acredito que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, a Comissão da Amazônia têm possibilidade de resolver essa questão, que politicamente vai depender de uma lei para dar solução a esse fato.

O segundo ponto, Deputado Homero e Srs. Deputados, é a questão do Decreto nº 1.164, de 1971, que trata da faixa dos 100 quilômetros das rodovias federais. Este decreto foi revogado pelo Decreto nº 2.375, de 1987. Só que, quando da revogação desse decreto, se manteve a redação, dizendo que todas as áreas que tiveram início da arrecadação deveriam ser arrecadadas e ultimada essa arrecadação pela União Federal, através da autarquia INCRA.

Este Decreto nº 1.164/71 retirou dos Estados amazônicos 62 milhões de hectares, que foram transferidos para a União Federal.

No meu entendimento, desde a primeira Constituição do Brasil, a de 1891, o seu art. 64 é extremamente claro quando diz: "*Pertence aos Estados*



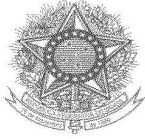
*as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais*". Significa que a faixa de fronteira, quando da sua definição, no art. 64 da Constituição de 1891, definiu apenas como questão estratégica de segurança nacional e não como um ato de transferência do patrimônio público do Estado para a União Federal.

De todas as Constituições, de 1934, 1937, 1946, 1967 e a Emenda Constitucional nº 01/69 — foi sob a égide da Emenda Constitucional nº 01 que saiu o Decreto nº 1.164/71 —, nenhuma delas retirou o patrimônio do Estado que foi transferido, por meio do Decreto nº 1.164/71, como projeto de desenvolvimento naquela época.

Então, Deputado Homero, nós temos em Mato Grosso 537 assentamentos rurais, sendo 402 do INCRA, 119 do Governo de Mato Grosso e 16 dos Municípios. Isso envolve uma população de aproximadamente 84 mil famílias.

Temos projetos de assentamento criados há mais de 20 anos, e grande parte deles até hoje não recebeu a certificação de conclusão. Isso tem o título de domínio daqueles ocupantes. Desses assentamentos — temos 142.500 pequenas propriedades de pequenos produtores em Mato Grosso —, uma grande fatia, um percentual representativo está na faixa da pobreza. Isso significa que o modelo implantado tem necessidade de revisão no que diz respeito à assistência técnica, liberação de recursos no momento exato, no período do plantio, emancipação desses projetos, etc.

A falta de emancipação tem trazido grandes prejuízos ao pequeno produtor. Na pequena propriedade rural e nos assentamentos não existem um processo mais organizado nas áreas da produção, da orientação tecnológica e da comercialização. Enfim, enfrenta um problema muito sério quem trabalha hoje em agricultura familiar. É representativo o fato de mais de 50% das pessoas assentadas estarem na faixa da pobreza. Então, esse é um problema sério para o Estado — provavelmente não deve ocorrer só em Mato Grosso, certamente está acontecendo em outros Estados brasileiros. Devido ao conflito



de competência em Mato Grosso gerado pelo Decreto nº 1.164, de 1971, temos aqui muitos representantes dos produtores do Estado, que estão de posse da terra há 20, 30, 40 anos e que agora estão sendo despejados pela União Federal. Existem PAs que foram concebidos. Acredito que temos que definir a política de regularização fundiária e a política de assentamento rural.

Deputado Homero Pereira, encerro aqui esta minha primeira colocação. Quis chamar mais a atenção para o conflito de competência.

O INCRA, que tem um ótimo corpo técnico no Estado, tem feito um trabalho muito bom em Mato Grosso, embora dependa agora de mais dinheiro. O Estado de Mato Grosso, através do INTERMAT e do INCRA, tem buscado maior proximidade, mas há normativas que o INCRA precisa cumprir. Ressalte-se que não foram os servidores do INCRA que fizeram essa regulamentação, mas eles precisam cumpri-la, e isso tem criado, para o Estado, para o INCRA e para o INTERMAT, alguns constrangimentos e algumas dificuldades para a consolidação dos projetos de assentamento e do projeto de regularização fundiária.

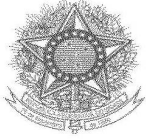
Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Homero Pereira) - Agradecemos ao Sr. José Lacerda, Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado de Mato Grosso, a exposição, bem como por ter cumprido o tempo de 10 minutos.

Convido a fazer parte da Mesa, ao lado do Superintendente do INCRA, o Dr. José Raimundo Sepêda da Silva, Superintendente Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal. Certamente, como se trata de regularização fundiária, V.Sa. será chamado ao debate. Por isso é importante V.Sa. sentar na primeira fila.

Antes de passar a palavra à Dra. Shirley, Secretária Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, do MDA, passo a palavra ao Presidente em exercício da Comissão da Amazônia Legal, Deputado Neri Geller, para dar melhor contexto ao tema.

**O SR. DEPUTADO NERI GELLER** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Srs. expositores — entre os quais o Presidente do INCRA, Sr. Celso Lisboa de Lacerda, que teve de se ausentar, e que nesse primeiro



momento está sendo representado pelo Superintendente do INCRA do Estado de Mato Grosso, Dr. William —, minhas saudações. Cumprimento também o Deputado Paulo César Quartiero, que é da nossa Comissão da Amazônia.

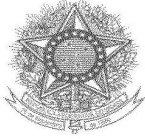
Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. a parceria. V.Exa. foi autor do requerimento, e eu me incorporei depois como coautor aqui na Comissão de Agricultura, para que fizéssemos essa discussão em conjunto, tendo em vista o sério problema que o Estado de Mato Grosso e a Amazônia Legal atravessam em função da questão ambiental e principalmente da regularização fundiária.

No Estado de Mato Grosso, exatamente o que o ex-Deputado José Lacerda e hoje Secretário-Chefe da Casa Civil comentou há pouco, temos mais de 500 assentamentos e isso portanto atinge 90 mil famílias, muitas das quais estão assentadas há mais de 20 anos e não têm sequer um documento para fazer um custeio, para fazer um investimento, e, assim, poder sustentar sua família e fazer a produção acontecer. E nós definitivamente não podemos aceitar isso.

Eu vim para o Congresso Nacional e, no começo da Legislatura, me envolvi muito fortemente, porque o meu Município de Lucas do Rio Verde é um assentamento de reforma agrária. E nós conseguimos, com a graça de Deus e as lideranças, emancipar aquele município em 1988. Aquele município, hoje, Dra. Shirley, é exemplo em termos de desenvolvimento não só para o Mato Grosso, mas para o País, porque nós conseguimos a emancipação. E em 96 dos nossos Municípios vizinhos — como está aqui o Prefeito de Itanhangá —, sequer o perímetro urbano está regularizado. Aquelas pessoas estão lá sem o mínimo de dignidade de vida, porque infelizmente, nós, Congresso Nacional e INCRA, não damos as condições necessárias para essas pessoas poderem trabalhar, produzir e ajudar o País.

O que essas pessoas querem? Elas querem condições de trabalhar — somente isso!

No Município de Itanhangá, há 2 anos, estava presente o Superintendente do INCRA quando fizemos uma audiência pública, com a participação de mais de 3 mil pessoas. As pessoas choram. O pai de família



não está na sua terra, porque ele não pode, ele precisa sair para trabalhar. Daí o INCRA faz a vistoria e penaliza essas pessoas, como se elas tivessem vendido ou coisa assim. Precisamos criar condições. Conversei bastante com o Presidente do INCRA, Celso, e percebo nele realmente a vontade de acontecer.

Estivemos, Dr. José Lacerda, com o Ministro de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco, colocando o problema, e estive na semana passada com o Governador, com o Ministro das Relações Institucionais, Luís Sérgio, colocando esse problema. Nós queremos encaminhar uma solução e precisamos definitivamente fazer a nossa parte.

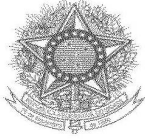
Se o INCRA não tem estrutura, que se faça o que está fazendo, chama o Estado para parceria, viabiliza esses assentamentos. É isso que nós queremos.

Eu percebo que as coisas estão começando a andar, porque o Governo Federal está começando a se sensibilizar, a Casa Civil está começando a ser sensível. Porque esse não é um problema do INCRA, é um problema de Governo. Precisamos dar as condições necessárias para que essas pessoas possam produzir e sustentar suas famílias de forma inteligente. Não podemos ficar olhando as questões menores, precisamos olhar as questões macro para que esses Municípios possam se desenvolver.

Vou dar apenas um exemplo. Esse assentamento do Pontal do Marape foi instituído em 2005, com 346 famílias, mas 48 famílias ainda estão sem residência, estão morando embaixo de barraco de lona. Está aí o Léo Bilíbio, Presidente da Associação dos Moradores do Pontal do Marape. São essas questões que nós não podemos aceitar. Talvez não seja só a casa que eles querem, eles querem também o documento, aí eles vão produzir, não vão dar despesa para o Governo Federal, vão sustentar as famílias, vão gerar emprego e renda, porque toda aquela região tem potencial produtivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Homero Pereira) - Obrigado, Deputado.

De imediato, passamos a palavra à Dra. Shirley Anny Abreu do Nascimento, Secretária Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, do MDA, pelo prazo de 10 minutos.



**A SRA. SHIRLEY ANNY ABREU DO NASCIMENTO** - Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes. A questão da regularização fundiária, na verdade, é uma angústia para nós, porque há um desejo de todos nós, amazônidas, de que ela seja feita. E quem mora lá há 30, 40 anos, já esperou tanto tempo, é normal essa angústia.

Então, eu queria dizer para vocês que sempre temos colocado que “Olha, mas está muito lenta, a regularização fundiária não está chegando”. Essa sensação talvez de lentidão é exatamente isto: essa angústia que sentimos de que chegue logo mesmo, porque há muitos anos estamos esperando.

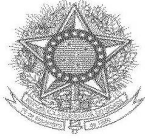
Eu posso colocar para vocês que o Programa Terra Legal está fazendo 2 anos. O primeiro ano, em julho de 2009, foi o ano de instalação do programa, de montar as equipes nos Estados. Em seguida, nós começamos a fazer uma série de estudos, porque fazer regularização na Amazônia é muito diferente de fazer regularização nas experiências que tínhamos no Nordeste ou no Sudeste do País.

Então, fizemos, na época, três reuniões com empresas do setor de regularização, do setor de georreferenciamentos: uma reunião em Brasília, uma no Pará e uma reunião em São Paulo, onde se concentrava a maior parte das empresas de georreferenciamento, inclusive incentivando-as para que elas se reunissem e viessem conosco enfrentar esse grande desafio.

No início nós fizemos três lançamentos de pregão pequenos, que eram muito de experiência para ver como as empresas iriam reagir, como iria se dar em campo o trabalho. Muitas empresas desistiram, não entendiam muito a nossa lógica, chuvas, dificuldades, rios. Em seguida, fizemos, ainda em junho de 2010, um grande pregão, que cobre hoje em torno de 60% da Amazônia, que é o Pregão D. Nesse pregão hoje nós temos cerca de 200 equipes trabalhando na Amazônia. Os trabalhos iniciados, lançados em junho, recorreram, e nós conseguimos colocar as equipes em campo em agosto.

Para vocês terem ideia da grandiosidade do trabalho, de como esse trabalho cresceu, em setembro de 2010, foram entregues para 145 posses georreferenciadas. Hoje, nós temos no nosso sistema de georreferenciamento





mais de 10 mil posses e mais de 3 mil posses estão entrando. Ou seja, temos quase 14 mil posses hoje, já na Amazônia Legal, georreferenciadas, aptas à regularização.

Eu queria pedir permissão a vocês, porque há duas semanas eu vim à Comissão da Amazônia e apresentei o Programa Terra Legal num foco da Amazônia inteira.

Como o requerimento é sobre o Mato Grosso, eu queria especificar e fazer uma apresentação mais limitada dessa vez ao Mato Grosso, que é uma situação bem especial. Eu gostaria de ter a permissão de vocês.

Então, o início do trabalho do Terra Legal no Mato Grosso foi fazer o georreferenciamento de duas glebas: a Maicá e a Jarinã, porque era um desejo do Governo do Estado, do movimento social, dos Deputados, que nós fizéssemos a transferência dessas duas áreas para o Mato Grosso. Então, nós fizemos a licitação, georreferenciamos essas duas glebas, que são duas glebas grandes, e doamos, no ano passado, para o Estado de Mato Grosso.

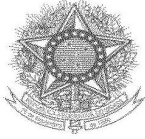
Na área urbana, estão aí Jarinã, uma área de 378 mil hectares, que está dentro do Município de Peixoto de Azevedo — essa é a Jarinã — e a Maicá, que está com o Sinop, uma área de 1 milhão e 200 hectares.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. SHIRLEY ANNY ABREU DO NASCIMENTO** - É Sinop que está aqui, para mim, Sinop e Maicá. Maicá é Sinop, não é no Município de Marcelândia?

Títulos urbanos no Mato Grosso. Foram emitidos 11 títulos urbanos em quatro Municípios: Bom Jesus do Araguaia, Peixoto de Azevedo, Rondolândia e Cotriguaçu. Eu acho importante porque o Deputado Neri citou, como exemplo, a questão do Município de Itanhangá. No Município de Itanhangá não existem terras públicas federais. Todas as terras públicas de lá são estaduais, portanto, não há nenhum trabalho do Terra Legal no Município de Itanhangá, porque não há expectativa, porque não há gleba federal nessa área.

Foram feitos na área rural 1.647 cadastros em 30 Municípios, equivalendo a uma área de 439 mil hectares.



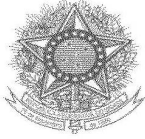
No primeiro momento para o georreferenciamento, nós encontramos uma dificuldade no Mato Grosso, o que explica o fato de não termos iniciado, assim como fizemos nos outros Estados da Amazônia, o trabalho de georreferenciamento logo em Mato Grosso. Qual foi o nosso problema? Não tínhamos um conhecimento aprofundado do acervo fundiário do Mato Grosso. Foi necessário ter-se muito cuidado, porque são muitos títulos no Estado de Mato Grosso. Então nós fizemos um trabalho, inclusive com convênio com o SIPAM, de levantamento do acervo fundiário do Mato Grosso.

A outra questão é que as glebas nossas, federais, dentro do Estado de Mato Grosso são muito pequenas e muito pulverizadas, diferente das de outros Estados, por exemplo, do Amazonas ou do Pará, em que há glebas muito grandes, bem juntas mesmo, bem consolidadas. No Mato Grosso são glebas pequenas. Sobrou no Mato Grosso glebas bem pequenas e muito pulverizadas no Município. Por quê? Porque se optou, no momento da construção do Estado, da colonização do Estado, pela reforma agrária, pela criação de assentamentos. Então, nós temos muitos assentamentos no Estado de Mato Grosso. E o remanescente de áreas das sobras da criação desses assentamentos são áreas muito pequenas e pulverizadas.

Na área rural, até esse momento conseguimos emitir 60 títulos em três Municípios. Até sexta-feira ou, no máximo — o nosso Superintendente Nacional pode falar um pouco mais — até segunda-feira que vem, estaremos lançando o nosso novo registro de preço para georreferenciamento, com um foco muito forte para o Mato Grosso. Por quê? Porque agora nós nos sentimos bastante seguros, após esse levantamento fundiário que fizemos com a ajuda do INCRA e do Governo do Estado, porque temos também um convênio com o Governo do Estado que foi feito...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. SHIRLEY ANNY ABREU DO NASCIMENTO** - Não, não é o convênio grande. Foi feito um convênio grande, de 17 milhões, para a regularização fundiária em terras estaduais, em Mato Grosso. Então o Governo do Estado já tem, junto conosco, com o Terra Legal... Porque o Terra Legal é



isto, ele tem dois focos: um, a regularização rural e urbana em glebas federais, e um forte apoio aos Estados.

Para vocês terem ideia, nós temos hoje 70 milhões na Amazônia Legal em convênio com os Estados. Até o final deste ano, na verdade, até final de julho, nós vamos chegar a 110 milhões de convênios com os Estados.

Então, foi feito um convênio também com o Mato Grosso para digitalizar todo o acervo fundiário do Instituto de Terras de Mato Grosso. Então hoje nós nos sentimos muito seguros com esse levantamento, com esse trabalho que foi feito com o Governo do Estado, com esse trabalho que nós fizemos junto com o SIPAM. Hoje o Terra Legal se sente muito seguro para fazer os registros de preços no qual está entrando o Estado de Mato Grosso.

Aqui é o Pregão E, no Estado de Mato Grosso. Vão ser contratados 6 milhões de hectares para beneficiar cerca de 9 mil ocupações. E os cadastros têm uma novidade nesse momento, porque é assim: para o nosso cadastro até esse momento, quem foi que fez cadastro? Os Estados, os sindicatos, as Prefeituras, a Superintendência Nacional e as Superintendências do INCRA.

Nesse novo momento, nós estamos entrando também com um cadastro, através das empresas de georreferenciamento. Por quê? Porque verificamos que, quando as empresas de geo chegavam a campo, o seu João tinha feito cadastro, ele era georreferenciado, mas a dona Maria, do lado, não havia feito o cadastro, e a equipe de georreferenciamento simplesmente pulava a dona Maria. Isso estava criando um problema sério no campo, ficando buracos mesmo de posses. Então, a gente resolveu, nesse novo registro de preços, que as empresas também contribuirão conosco. Além do que os Estados estão fazendo, do que o INCRA está fazendo, do que as Prefeituras e o sindicato estão fazendo, vão contribuir conosco no cadastramento.

Acabei de dizer que temos um convênio com o INTERMAT na área fundiária rural, para fazer 2.250 ocupações em Colniza e no Município de Aripuanã. Esse convênio está rodando com muito sucesso, com os problemas normais que os Estados encontram, com as dificuldades normais, mas a gente está tendo um bom convênio com o Estado, inclusive rodando um convênio muito bem com o Estado do Mato Grosso.

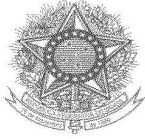


Para ajudar a gente, o Secretário disse aqui que muitos títulos foram dados em anos anteriores, fruto das leis, tanto dos 100 quilômetros das rodovias quanto da questão da fronteira. Então, essa é uma dificuldade muito grande que a gente tem encontrado em campo. O Terra Legal tem se pautado por uma questão: nós não podemos ser mais um produto para o caos fundiário na Amazônia Legal. Portanto, a gente tem tido muito cuidado no nosso trabalho. Por isso que a gente georreferenciou. O primeiro ano, além de ser um momento de estruturação nossa, foi um ano em que a gente georreferenciou as nossas glebas, porque muitas das nossas glebas que estamos trabalhando hoje não estavam georreferenciadas.

Essa é uma preocupação que estamos tendo. Por isso estamos fazendo um convênio com o Conselho Nacional de Justiça para modernizar os cartórios e informatizá-los. Isso, primeiro, para a gente não correr o risco de ser mais um produto para causar fraudes e insegurança nos títulos que serão emitidos pelo Terra Legal. E junto com o Conselho Nacional de Justiça, inclusive, nós estamos fazendo um trabalho, com essa modernização dos cartórios, que é averiguar a veracidade dos títulos que há nesses cartórios. É um trabalho que está sendo feito com o Conselho Nacional de Justiça e com a Biblioteca Nacional, porque são documentos muito antigos.

Então, nós vamos trabalhar com toda essa documentação, até para evitar que se dê título em área já titulada. O que está acontecendo também? Foi dado muito título pelo INCRA anos atrás. Muita gente não foi ao cartório para registrar esses títulos e, muitas vezes, a gente chega à gleba e a gente pensa assim: não, aqui vamos ter pouco cadastro porque a área já está praticamente toda titulada. E muita gente que já tem título vem para se cadastrar no Terra Legal, muito possivelmente porque aquela área já foi vendida para outras pessoas, já é o quarto ou o quinto dono, foi parcelada ou não se levou esse título a cartório.

Então, como a gente está encontrando em áreas que já foram massivamente tituladas pelo INCRA muito cadastro para o Terra Legal, a gente está tendo muito cuidado. E esse trabalho com o Conselho Nacional de Justiça



vem para nos possibilitar ter mais segurança ainda, exatamente, como eu falei para vocês, para a gente não ser mais um produto do caos fundiário.

Nós temos alguns desafios com o Terra legal. Alguns eu apresentei para vocês. Um deles é a gente tentar não ser mais um andar de títulos na Amazônia Legal. Para o cadastro a gente abriu parceria com o Estado. O Estado faz cadastro, as Prefeituras fazem cadastros, os sindicatos podem fazer cadastro. Eles têm parceria conosco para fazer cadastro.

No georreferenciamento, inclusive o nosso cadastro ele é todo já informatizado. Eu faço o cadastro, a prefeitura faz o cadastro e sai lá, imediata e nacionalmente, na nossa página: cadastro feito pela Prefeitura tal, seu fulano de tal, cadastrado em área de 40 ou 50 hectares, que fica no Município tal, na fronteira tal. Os 88 mil cadastrados do Programa Terra Legal já estão nessa base, e qualquer um pode fazer consulta.

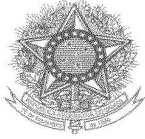
Na informatização do georreferenciamento, também avançamos muito. Antes, era feito o georreferenciamento e mandado para a nossa equipe um CD com as poligonais que foram tiradas no georreferenciamento. Agora, a empresa faz o georreferenciamento, entra em um programa e imediatamente o desenho, a fotografia da área em que foi feito o georreferenciamento vai para o Estado e imediatamente para Brasília. Estamos avançando de tal maneira que, agora, o memorial descritivo já sai. Sai o desenho da área e o memorial descritivo da área.

Qual é o terceiro momento em que já estamos com a nossa equipe de informática trabalhando? Quando entrar essa parcela georreferenciada, entrar o CPF da dona Maria ou do Sr. João, todas as consultas que somos obrigados a fazer elas já são feitas. Imediatamente sai o nada consta e passamos para a titulação. Por quê? Porque aquele que não saiu o nada consta, que tiver algum problema, esse nos vamos nos debruçar para resolver o problema dele. Quem não tiver nenhum problema imediatamente vai para a titulação.

Eu vou parar por aqui. Teriam outras coisas a serem mostradas, mas fica para o debate.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Homero Pereira) - Agradeço.



Há muitos Deputados que estão angustiados para usar da palavra, mas queremos seguir o roteiro e esgotar os oradores. Só então abriremos para os Parlamentares. Efetivamente, este não é um assunto só do Mato Grosso. Como prevíamos, é um assunto que interfere em todo o País.

Para representar todos os Prefeitos — temos dois Prefeitos na Mesa —, passo a palavra ao Prefeito de Novo Mundo, José Hélio Ribeiro, pelo prazo de dez minutos.

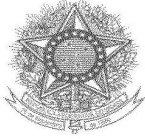
**O SR. JOSÉ HÉLIO RIBEIRO** - Boa tarde, Deputado Homero. Obrigado pelo convite. Obrigado, Deputado Neri Geller. Cumprimento todos os Deputados, Deputado Ságuas, Deputado Dorner, o Sr. José Lacerda, enfim, toda a Mesa que se faz presente aqui. Obrigado pessoal que veio de Novo Mundo, que representa os agricultores, os assentados. Neste momento, quero agradecer ao Presidente, o Celso, as palavras.

Acho que o INCRA até hoje foi muito lento. Acredito que agora, daqui para a frente, com a Dilma, juntamente com o Presidente aí, isso tem de andar porque são angústias nossas, da população. Há pessoas do Brasil inteiro que têm problemas nesse sentido.

Agora, o que acontecia alguns anos atrás? Ninguém resolvia as coisas? É uma situação complicada. Têm pessoas, há 20 anos, em cima de uma área, nunca foi resolvido. Isso acarreta compromisso para os Municípios. No Município de Novo Mundo, na Gleba Nhandú, causou vários problemas que até saíram em televisão com umas histórias desagradáveis, isso mancha a imagem nossa, do Município, do Estado, do Brasil.

De quem é a culpa? É minha? É nossa? Acho que é dos poderes públicos, que têm autonomia para resolver essa situação. Então, coloquem o sitiante lá, assentem ele, desapropriem a propriedade do fazendeiro, não deem o documento. Eles ficam lá sem condições de sobreviver. Com isso, o Município tem o compromisso de dar transporte escolar, saúde, assistência social, o que dificulta muito.

Resolvendo a situação da regularização fundiária, em todos os sentidos, do pequeno e do grande produtor, eu acredito que todos nós ficaremos satisfeitos com



Toda a situação.

Eu quero agradecer e passar a palavra. Vamos esperar que os Governantes também analisem bem a situação do Código Ambiental. Há alguns anos o Governo incentivava as pessoas a desmatarem 50%. Hoje, essas pessoas que desmataram são consideradas criminosas, invasores, bandidos pelas ONGs, que batem doído nessa situação.

Acho que tem que ser vista toda essa situação. As pessoas que estão há tantos anos lá, em cima da sua propriedade, enfrentaram picadas, carregando mochila nas costas — somos conhecedores dessa situação —, hoje são consideradas bandidos, invasores. Acho que não é por esse lado.

Precisamos resolver a situação dos proprietários, mas precisamos resolver também a situação dos assentados. Têm vários acampamentos em todo o Brasil, o que é lastimável. Temos tanta terra que poderia ser resolvida a situação desses acampamentos e dos proprietários. Todos os proprietários sempre estiveram de acordo em negociar. Vamos ver, porque eu acho que eles têm o direito. A pessoa viver 20 anos em cima de uma propriedade e não ter direito... Acho que tem que ser mais humano.

Muito obrigado pela oportunidade.

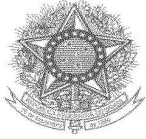
**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Homero Pereira) - Obrigado, Prefeito, pela compreensão, usou metade do seu tempo.

Passo a palavra ao Prefeito Vanderley Proenço Ribeiro, do Município de Itanhangá.

**O SR. VANDERLEY PROENÇO RIBEIRO** - Boa tarde, Homero, nosso Deputado Federal do Mato Grosso; cumprimento o Neri, o Dorner, o Ságuas, o nosso amigo Ezequiel, cumprimento, em nome da Mesa, o Chefe da Casa Civil, o Dr. Lacerda.

Primeiro quero parabenizar o Deputado Homero, juntamente com a bancada, nosso Deputado Federal do Estado Mato Grosso, pela iniciativa de fazer essa audiência pública em Brasília.

Eu sou Prefeito do Município de Itanhangá, Município esse que surgiu de uma assentamento em que foram assentadas 1.149 famílias, em uma área de 1.115 hectares. Cada parceleiro recebeu 100 hectares. É um assentamento



considerado um dos maiores da América Latina. Hoje estamos discutindo a regularização fundiária. Tivemos uma audiência pública, como lembrou muito bem Deputado Neri Geller. Ontem, foram mais de 15 autoridades em nosso Município para discutir a regularização fundiária em uma audiência pública. O William César Sampaio esteve presente.

Falo aqui, Deputado Homero, nós, Prefeitos, principalmente desses Municípios pequenos, da dificuldade que temos para a regularização fundiária. Infelizmente, várias e várias vezes procuramos o INCRA, juntamente com os Deputados, sem retorno. É difícil para nós Prefeitos de Municípios pequenos. Claro que é um Município novo.

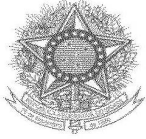
Podemos parabenizar o INCRA, pois de um assentamento surgiu hoje um Município que está contemplado com uma rodovia federal, a BR-242, que passa por dentro do nosso Município, e a MT-38, que também passa no Município, ficou no entroncamento. É um Município muito bem localizado na região do Vale do Arinos.

A dificuldade que temos hoje é que somente 469 parceleiros foram titulados. Faltam 680 pessoas a serem tituladas, há mais de 14 anos, Geller, que falou muito bem, há muitas pessoas que já se foram, algumas famílias ainda estão lá, pensando em pegar seu título, com dificuldade, com seus filhos no interior, muitos não têm nem habitação ainda, não saiu a segunda remessa da habitação, há pessoas que foram embora, abandonaram, outros entraram.

E ficamos tristes, Geller, quando a Polícia Federal vai ao nosso Município, como você sabe, o IBAMA, que está hoje no nosso Município, sem saber quem multar. Não sabe se multa o INCRA, se multa o parceleiro. Nós temos parceleiro hoje no mato, que nem cachorro não pega, porque o IBAMA está há mais de 15 dias lá. São multas de 800, 1 milhão, 1 milhão e meio de reais, e não se faz nada. Onde está a regularização ambiental? Nosso Município está embargado ambientalmente.

Essas pessoas, Homero, não sabem o que fazer. É triste dizer isso: Município em que a arrecadação não chega a 600 mil reais, com uma demanda de transporte escolar de mais de 2 mil quilômetros/dia. E os parceleiros estão hoje sem saber o que fazer. Começamos o georreferenciamento. Admiro





aquele nosso povo, que está bancando o seu georreferenciamento, mais de 1.400 reais por parcela. Já fizemos o perímetro interno. Na próxima semana, vamos protocolá-lo no INCRA. Infelizmente, sem a ajuda de ninguém, Homero. O Governo do Estado prometeu uma emenda de 460 mil, que até hoje não saiu, e já foi assinada. O convênio não saiu. Então, é triste para nós, Prefeitos, ver esse povo sofrendo na nossa região.

Precisamos, Homero, urgentemente dessa regularização fundiária porque, senão, o povo vai embora. E, aí, vai entrar o grande fazendeiro, e a população, pequena principalmente, vai embora. Hoje, Geller, carregamos pela primeira vez para Tangará da Serra uma carga de maracujá. Nosso Município produz 3 toneladas/dia dessa fruta. E os parceiros fazendo tudo, no peito e na raça. Fizemos mais de 50 hectares.

Começamos há poucos dias um projeto e já pedi socorro ao Governador Sinval para nos dar a mão. Mas temos de matar o sonho daquelas pessoas lá abandonadas. É claro que há horas boas e difíceis, mas precisamos tomar providências, senão não tem graça ser Prefeito dessa pequena cidade, Geller, não tem graça.

Somos companheiros. Estamos aqui para discutir, mas acho que está na hora de o INCRA, o Governo do Estado e o Governo Federal tomarem providências para tirarmos essas pessoas do sofrimento.

Muito obrigado.

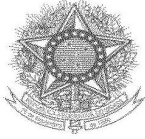
**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Homero Pereira) - Obrigado, Prefeito Vanderley.

Vamos passar a palavra agora ao Presidente da Associação dos Moradores do Pontal do Marape, Leo Bilibio.

**O SR. LEO BILIBIO** - Boa tarde a todos.

Eu moro no Assentamento Pontal do Marape e quero agradecer a oportunidade de trazer a vocês um pouco dos nossos problemas para serem discutidos neste plenário, problemas esses enfrentados no dia a dia do nosso assentamento.

Esse projeto iniciou-se, Neri, em 1998, com um total de 358 famílias, reconhecido pelo INCRA em 2001. O assentamento já está com 12, 13 anos e



ainda temos 41 famílias vivendo embaixo de lonas, muitas delas em condições muito desumanas, em completo abandono, pois o INCRA fez a última vistoria no nosso assentamento em dezembro de 2005. Por isso pedimos socorro ao Deputado Neri, que imediatamente vestiu a camisa do nosso assentamento e foi lá verificar os fatos.

Então, uma vez que o INCRA nos abandonou há tanto tempo, não tem condições, o Dr. William está aí, ele não pode fazer nada com o bolso dele, se ele não recebe condições, ele não pode fazer as coisas por nós, sempre nos atendeu bem, mas sentimos que ele não tem condições de fazer mais do que está fazendo. Então, por que não titular nossa família, não titular nossas terras, porque, aí, com certeza absoluta, vamos dar um jeito de procurar recursos nos bancos para dar melhor qualidade de vida para nossas famílias, para nossos filhos, quem sabe um estudo para frente para não ficar na situação que temos hoje.

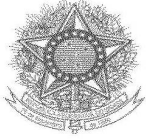
Um problema muito grave que temos também no assentamento são as nossas escrituras, temos 27 matrículas, todas elas hipotecadas no banco, ainda no nome do antigo dono, de 13 anos atrás. Hipotecou essas terras para pedir financiamento e até hoje não foi resolvido.

Meu muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Homero Pereira) - Muito obrigado Leo.

Sou vou pedir permissão para usar o resto do tempo do Leo, antes de passar para o Samuel, para conceder a palavra ao Deputado Roberto Dorner, que tem ir a uma audiência.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO DORNER** - Boa tarde a todos, quero agradecer ao nosso amigo, chefe da Casa Civil do Mato Grosso, Sr. José Lacerda, quero dar parabéns a V.Exa. Deputado autor do requerimento, ao Sr. Neri Geller, e quero dizer que, quando se fala em assentamento, nós, do Mato Grosso, ficamos com vergonha. Com vergonha por quê? Eu moro há 31 anos na cidade de Sinop e ouço falar que o INCRA vai trazer os documentos do assentamento no ano que vem: *“no ano que vem, todo o mundo vai estar documentado”*. Faz 31 anos!



Eu estive, numa ocasião, no Município Itanhangá aonde chegou um superintendente do INCRA e disse: “*Agora, vai vir o documento*”. E eu falei: “*É mentira. Não vem documento nenhum; vem conversa só*”. E foi o que aconteceu, Prefeito, naquela época: só conversa fiada.

Aí se fala em trabalho escravo no Mato Grosso com os grandes fazendeiros e médios fazendeiros. Trabalho escravo é isso aqui: pessoas vivendo debaixo de lona anos e anos. Isso, sim, é o trabalho escravo! Quero dizer a todos... E quero dar os parabéns também para a Dilma pelo feito de ter assinado convênio com o Governo do Estado: a gleba Maicá vai ser regularizada agora pelo Estado do Mato Grosso, Sr. Lacerda. E o senhor é uma das pessoas que fazem parte desse projeto, desse trabalho.

Agora é hora de nós começarmos a pedir a nossa Presidente que nos ajude a trazer parte... Se não trouxer os 500 assentamentos de uma vez só, que vá fazendo por parte, trazendo para o Estado a responsabilidade para que se deem os títulos a esses cidadãos que tanto contribuem para a nossa Nação. O Brasil tem de ter orgulho de essas pessoas estarem no campo, reclamando por uma regularização fundiária, reclamando por um Código Florestal, que é tirado constantemente de pauta — e eu não sei por quê. Nós temos compromisso com o Mato Grosso e com o Brasil de ter esse código aprovado, e não sei por que está sendo empurrado de uma semana para a outra, de uma semana para a outra. Tem nos levado na conversa até agora!

Portanto, eu quero dizer a todos que estou junto com o nosso povo de Mato Grosso, estou junto com os nossos Parlamentares, dando parabéns às pessoas que fizeram esse requerimento. Não só Mato Grosso, o Brasil precisa disso, precisa de documento para que nossas famílias possam entrar num banco e fazer um financiamento para dar condições de vida para suas famílias. Muitos deles já morreram, mas ficaram seus filhos, netos e pessoas viúvas esperando esse título, que até agora não chegou.

Era isso o que eu tinha que falar. Ficam aqui essas fotos como testemunhas de que o trabalho escravo está, sim, sendo feito até pelo INCRA também, porque não resolve o problema, sempre fica dizendo “*ano que vem,*



no ano que vem, vai estar aí", e já estou há 30 anos no Mato Grosso e nada aconteceu.

É isso o que eu tinha que falar. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Homero Pereira) - Obrigado, Deputado Roberto Dorner.

Antes de passar a palavra ao Deputado Ságuas, passo-a para o Sr. Samuel dos Santos, representante dos assentados do Município de Novo Mundo, Mato Grosso.

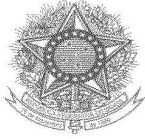
**O SR. SAMUEL DOS SANTOS** - Em primeiro lugar, boa tarde a todos. Obrigado pelo convite que recebi para estar aqui. Eu sou do Município de Novo Mundo e estou representando todos os assentamentos de Mato Grosso.

Estamos com um problema no assentamento do Município de Novo Mundo. Uns assentamentos receberam as casinhas e o fomento. É a única coisa que nós recebemos do INCRA lá dentro.

Nós pedimos aos Srs. Deputados que, uma hora, façam uma visita ao local para ver que nós estamos há 6 anos morando nessas áreas e a única coisa que nós recebemos foi isso. Estamos sem escola lá dentro também. Os filhos da gente só fizeram até o primeiro ano. Agora, estão sem escola lá dentro.

Quero dizer aos Srs. Deputados que nós temos casas abandonadas lá dentro desses assentamentos, casas que foram construídas, mas não estão morando dentro delas. Estão criando bichos, cupins, são moradia de morcego. Pessoas que receberam casas e não deveriam ter recebido. Tem pai de família debaixo de lona até hoje que não recebeu, e outras pessoas que não mereciam ter recebido essas casas receberam.

Represento aqui o assentamento o assentamento Araúna I, Araúna II, Pacuri, Zé Furnato e Axaila, todos do Município de Novo Mundo, em Mato Grosso, e todos estão com esse problema: muita gente vendeu terra lá dentro, porque não recebeu até hoje o benefício do INCRA, o recurso. Até hoje não saiu nada. Srs. Deputados, se chegou a sair algum recurso para o Município, até hoje às mãos do pequeno produtor não chegou nada; não recebemos nada. Estão lá pessoas debaixo de lona.



Procuramos o INCRA de Guarantã do Norte e somos mal recebidos quando vamos dizer a respeito do nosso recurso. Nós estamos lá dentro desses assentamentos do Município de Novo Mundo, numa média de 800 famílias, dentre todos os assentamentos — Araúna I, Araúna II, Pacuri, Zé Furnato, média de 800 famílias nesse local. Uns assentamentos, como o Aliança e Pacuri, receberam as casinhas pela metade. Os outros assentamentos vizinhos, que até hoje estão debaixo de lona, não saiu nada. As crianças também não estão estudando, porque não tem aula lá dentro.

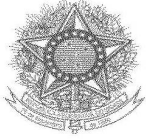
Estamos aqui na espera; queremos uma solução dos Srs. Deputados para saber como fazer para sobreviver em cima de um lote desse! Por que muitos deles venderam? Venderam por não terem como sobreviver lá. Algumas terras não produzem. O INCRA chegou a nos falar que aquelas pessoas que moram em cima daquelas terras não são obrigadas a sobreviver no sítio; podem deixar o lugar e ir morar na cidade.

A gente agradece muito às fazendas vizinhas, porque estamos lá ainda e dependemos delas, porque elas empreitam uma cerca, dão uma diária para a gente trabalhar lá dentro. É o único serviço que a gente acha lá. Senão, a gente já tinha abandonado ou chegado a esse ponto que os outros chegaram por falta de condições, não é?

O nosso assentamento tem 6 anos. Tem assentamento lá com 5 anos, tem assentamento no Mato Grosso que está com 10 ou 12 anos, do mesmo jeito, sem receber nenhum recurso.

As estradas... Não temos estrada lá dentro. Quando chega esta época agora, temos estradas, mas, quando chega a chuvarada, criança sai às 6 horas para ir para a escola e quebra o ônibus na estrada. Se não são os fazendeiros para levar aquelas crianças que estavam na estrada passando fome, debaixo de chuva, de casa em casa... A gente fica preocupado com as crianças da gente. Ali tem vários problemas! Está difícil para a gente sobreviver.

A gente pede para os Srs. Deputados nos fazerem uma visita para dar uma olhada nas condições dos assentamentos não só do Município de Novo Mundo, mas de todos de Mato Grosso assentados pelo INCRA. Uma parte dos assentamentos foi feita pelo INCRA, outra parte, pelos sindicatos.



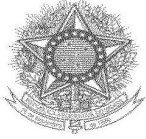
Nós estamos com outros problemas. Até os marcos do nosso sítio, das nossas propriedades... Se nós quiséssemos ter esses marcos, teríamos que pagar ou bater marco de cimento nas costas dentro do mato, para enfiar esses marcos, para saber onde é a nossa divisão. Tínhamos que trabalhar para não fazer serviço perdido um em cima do lote do outro.

Outra coisa: a medição. Se quiséssemos ter a medição, tínhamos que pagar também, porque o INCRA chegou a nos dizer que não tinha condições de pagar um assessor para fazer uma medição. Várias vezes, pedimos para o INCRA do Guarantã do Norte fazer uma vistoria para nós lá dentro, mas disse que não poderia porque não tinha petróleo para abastecer a condução para chegar até o local e fazer a vistoria de que a gente estava precisando. E quando chegou a fazer essa vistoria, muita gente teve que fazer uma “vaquinha” para dar o petróleo para ele chegar até o local. São 65 ou 70 quilômetros do Guarantã até esse assentamento P Aliança. Os outros são ainda mais distantes.

Estamos com famílias e crianças lá dentro abandonadas, sem recurso nenhum — mas nenhum mesmo! A única coisa que recebemos até hoje foram essas casinhas e esse fomento. Recebi uma vistoria do INCRA quando saiu esse fomento e outra vez quando saíram essas casinhas — e saem essas casinhas sempre pela metade. Estão lá sem reforma, sem nada, feitas pela metade. Não recebemos mais nada do INCRA, para terminar o nosso sacrifício lá dentro.

Vários deles estão morando debaixo de lona, várias crianças estão sem estudo. Há umas crianças aqui que vão dar o seu depoimento também sobre as escolas. E estamos nessas condições, desse jeito.

Muitos sítios foram vendidos. Por quê? Aquela pessoa que vendeu àquela pessoa que comprou está morando em cima, e aquelas pessoas que estão desde o começo e que não venderam estão com a corda no pescoço. Por quê? Como eu acabei de dizer: serviço nas fazendas vizinhas. Se não fossem essas fazendas vizinhas, nós também teríamos abandonado, porque que não temos recursos para sobreviver em cima. Não temos PRONAF; não recebemos nada até hoje.



E falo aqui para os Srs. Deputados em nome de todos os assentamentos do Mato Grosso, em nome dos assentamentos do Município de Novo Mundo. São seis ou sete assentamentos que estão com esse problema no Município de Novo Mundo. Não só no Município de Novo Mundo, mas no Mato Grosso. Estamos com esse problema, muito grande, muito sério.

A gente está aqui hoje; queremos, pelo menos, levar para aquele povo uma solução, para que eles fiquem mais faceiros, mais alegres, com alguma esperança. Eles estão ali esperando. A gente já estive no Município de Cuiabá procurando esse tipo de solução. E de lá saímos sem nenhuma, para dizer assim, esperança; não recebemos nada. Para dizer a verdade, fomos até um pouco mal recebidos ali dentro.

Então, eu agradeço aos Srs. Deputados. Muito obrigado por isso, e nós esperamos por vocês.

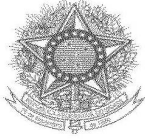
**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Homero Pereira) - Muito obrigado, Samuel.

Para fechar esse ciclo da participação dos diretamente envolvidos, para depois nós passarmos... Certamente, o Willian Sampaio, Superintendente do INCRA no Mato Grosso, também vai ser chamado ao debate, assim como todos os Parlamentares.

Então, vamos passar a palavra a outro representante dos produtores rurais de Novo Mundo, o produtor Silvino Dal Bo.

**O SR SILVINO DAL BO** - Meu amigo Homero, Presidente, Shirley, José Ribeiro, representante do INCRA, José Lacerda, Vanderley, todos aqui presentes, eu gostaria de dizer que é uma satisfação participar de todas as batalhas e lutas pelo desenvolvimento deste País, porque nós acreditamos no Brasil, porque nós somos brasileiros. Sabemos que as minhas vindas a Brasília, nas marchas de luta, trouxeram resultados.

Eu tenho um orgulho muito grande de ser brasileiro, de ser nacionalista. Mas passo por um momento muito triste. Nós, filhos de pequenos produtores, filhos de pequenos espaços, agrônomos sem emprego, técnicos agrícolas sem emprego, preparados por este País, conseguimos ir para o desafio da grande preparação de Getúlio Vargas, que foram as colonizações, que deram



resultado. Vamos olhar para Foz do Iguaçu, Cascavel, oeste do Paraná, vamos olhar para Sinop, vamos olhar para Alta Floresta, onde a iniciativa, o braço do povo e a união dos que ali moravam, que ajudaram, que chamaram os brasileiros para que fossem lá conquistar, transformaram o Brasil num grande produtor.

Nós não somos capazes de fabricar produto eletroeletrônico, não somos capazes de produzir carros, não somos capazes de fornecer nenhuma outra produção, a não ser as matérias-primas, para as quais nós fomos preparados nos últimos tempos. E a única coisa que sobra para o brasileiro, que resta para o brasileiro, é ele transformar as cidades através do campo, através da produção rural.

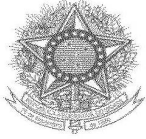
Eu sou filho de pequeno produtor. Oitenta por cento do agronegócio brasileiro, oitenta por cento da produção nacional é fruto de filhos de pequenos produtores, de homens que aceitaram o desafio de ir para o Cerrado, que ninguém queria, de ir para a Amazônia pegar malária, o que ninguém queria. Nós somos fruto do trabalho, somos fruto dos que acreditam neste solo, somos fruto dos que acreditam neste País. Se fizermos por ele, seremos reconhecidos.

Fico triste quando eu vejo nos debates dividirem pequenos, médios e grandes produtores. Nunca faremos uma política agrícola neste País. Nunca, nunca reconheceremos que o nosso produtor, se ele é grande, o pequeno tem que estar junto com ele para aprender a ser grande também, porque o Brasil é grande, e a força de trabalho é muito grande.

Eu venho aqui, meus senhores, porque há mais de 30 anos sou pioneiro. Eu, Homero, e muitos produtores viemos a Brasília porque fomos acolhidos pelos mato-grossenses. E o Cerrado nem japonês queria. Nem eles queriam! Ninguém queria bioma nenhum. E nós viemos para Brasília, acampamos no Palácio do Planalto, botamos o caminhão em cima da plataforma na época dos militares.

Nós fomos presos aqui. Mas fomos soltos porque a nossa luta era para produzir, a nossa luta era para desenvolver, a nossa luta não era para brigar, e, sim, com as forças do trabalho em que a gente acreditava e com os





companheiros do Mato Grosso, que era o pior Estado do Brasil... É um Estado que geograficamente é perto do nada, porque fica no centro. E hoje é um grande produtor, porque fomos acolhidos por brasileiros mato-grossenses, porque somos filhos de colonos catarinenses, gaúchos, mineiros e de diversos Estados. O grande produtor hoje era pequeno ontem. E eu quero que o pequeno de hoje seja grande amanhã!

Por isso estou aqui para denunciar os absurdos. Esse pessoal sem oportunidade é colocado no campo para brigar, para brigar com companheiros. Como o pequeno vai ser grande, se ele não for amigo do pequeno? Quando o Brasil vai ser Brasil agrícola sem uma política agrícola? Só há um jeito de evitar a política agrícola: é separar pequeno, médio e grande.

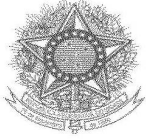
Meus senhores, Novo Mundo é o último Município do Estado. Lá as fraudes e as barbaridades aconteceram. Bravos brasileiros subiram para lá, transformaram aquele Município. Meus amigos, com a luta do trabalho, transformaram o Município, enfrentaram a malária, seguraram irmãos brasileiros. Na história do Mato Grosso está o surto da malária.

Entre os companheiros que desistiram de lá, que não conseguiram resistir, infelizmente, muitos sucumbiram. Muitos foram embora. E os que resistiram a tudo isso hoje são bandidos. São bandidos os que resistiram!

Vou-lhes dizer o que se passa em Novo Mundo. Novo Mundo é uma cidade hoje com uma população de 6.725 habitantes. Tem 3 mil lotes — 3 mil lotes! — e 40 propriedades, desses caras que resistiram, que são médios e grandes proprietários, que ajudam a segurar o irmão lá, o companheiro brasileirinho que está lá, do lado.

Agora, digam-me uma coisa: 6.725, e a AGU pede as 40 fazendas para fazer reforma agrária! Aí eu fui olhar. Vão fazer um levantamento: assentados, 6 mil; população, 6.725; 3 mil lotes. Se nós dividirmos, são quase dois lotes para cada um. É o único Município brasileiro que tem essa referência.

E os assentados? Segundo eu escutei atentamente do Samuel, o dinheiro não chega lá na ponta. Tenho aqui um dado: já foram destinados mais de 36 milhões para o PRONAF, para promover o desenvolvimento de Novo Mundo. Até agora esses 36 milhões nunca responderam... Pelo menos falam



que até agora não chegou nada, e o menino Samuel diz que não chegou o tal do PRONAF lá no assentamento deles. Cadê esse dinheiro? O que foi feito com ele? O que foi feito pelo produtor rural? Aí escuto que não chegou até ele, aí escuto que há assentamento de três andares. Quem está denunciando os três andares não sou eu, não. Existe assentamento de um andar, dois andares, três andares. Isso quem declara é o Ministério Público.

Outra, pasmem, senhores: existe produtor morando na Inglaterra, assentado que mora na Inglaterra! Isso é matéria do *Fantástico*. O cara mora na Inglaterra! Estão aí os dois vídeos. Eu gostaria de pedir a permissão da Mesa para exibi-los, para esclarecer aos Deputados o que está se passando.

Eu quero dizer para os Deputados que a minha origem é João Goulart. Minha mãe era prima-irmã de João Goulart. Eu sou nacionalista, eu sou da produção e do Brasil, pelos brasileiros. E a única saída é esta. A única saída, meus Deputados... Eu sei que os senhores lutam pelo orçamento nesta Comissão de Agricultura, lutam por uma agricultura forte no Brasil. O que os senhores teriam que olhar era um modelo e o que está acontecendo em Novo Mundo, que eu acho que é um espelho para o Brasil.

Os senhores sabem como se legaliza o negócio? Houve tanta desistência. A desistência funciona assim: eu quero vender o meu lote, e o Fulano lá quer comprar. Eu só preciso de um cidadão do INCRA para fazer o jogo. Aí eu desisto. Daí me dão um novo lote, e o cara do INCRA passa a outro “ciprado”, que foi o comprador. Eu tenho documento para provar isso. Por isso estou falando aqui e pedindo aos senhores para olhar.

Então, legaliza-se o banditismo. O que nós temos em Novo Mundo é banditismo. E o pior: um confronto contra 40 produtores. Só resta a força de resistência.

Eu fui chamado de covarde. Não sou covarde. Briguei aqui, briguei para produzir, briguei em Brasília, vencemos em Rondonópolis. Éramos muitos agricultores. Nós éramos 1.200, em Mato Grosso, para produzir — 1.200! Só não somos duas mãos. Os planos econômicos, a luta do dia a dia no campo e a agricultura quebraram muitos companheiros. Mas nós estamos firmes,



vencendo e lutando. Eu quero dizer aos senhores que fui chamado de covarde, de tudo que foi possível, porque eu acredito na Justiça brasileira.

Minha propriedade em Novo Mundo foi invadida a comando e mando do INCRA. Minha propriedade, com cinco manejos florestais, com uma serraria e uma indústria em cima. Porque manejo florestal não era digno, foi invadida uma propriedade a 50 quilômetros da cidade. Quando eu pedi e fui fazer isso, era fora.

Eu quero contar isso aos senhores por quê? Querem formar fazendas através dessa patifaria, que eu gostaria que o vídeo denunciasse. E vemos lá lotes desocupados na beira da cidade — são fazendas sobre as quais ninguém falou aqui. São novos produtores rurais decididos a tomar lotes de pequenos produtores, legalizando, escriturando de 100 em 100 hectares, transformando-os em grandes propriedades. E os legítimos homens que lutaram, sem recursos públicos, esses sucumbiram.

Gostaria de pedir a vocês, pelo amor de Deus, para olhar esse povo. E olhem essa matéria.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Homero Pereira) - Obrigado, Silvino.

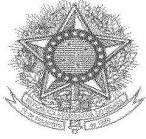
Quer falar antes ou assistimos primeiro ao vídeo, Willian? *(Pausa.)*

O vídeo está pronto? *(Pausa.)*

Não está? Então, enquanto vocês preparam, vamos ouvir o Deputado Ságuas Moraes. O Deputado havia pedido a palavra, Willian, mas depois nós vamos abrir o debate, e você participará também.

Obrigado.

**O SR. DEPUTADO SÁGUAS MORAES** - Sr. Deputado Homero Pereira, que preside esta reunião, autor do requerimento juntamente com o Deputado Neri Geller, demais colegas Deputados, Deputado Estadual Ezequiel — fomos Prefeitos juntos; quando Secretário, ele era da Secretaria de Estado de Educação; agora, Deputado Estadual; quero saudar também o José Lacerda, que é o nosso Secretário-Chefe da Casa Civil; Vanderley, que é Prefeito de Itanhangá; Richard, Diretor do INCRA; Shirley, representando o MDA; Prefeito



José Hélio, de Novo Mundo; Léo; enfim, quero saudar a cada um dos senhores.

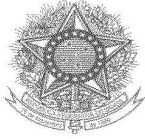
Quero dizer o seguinte: em Mato Grosso, nós temos 537 assentamentos. Desses, 402 são do INCRA; 119, do Estado de Mato Grosso; e 17 são realizados pelos Municípios, perfazendo um total de assentados de 84 mil famílias. Nós temos 272 projetos de assentamento com mais de 10 anos de criação. Quando o William assumiu o INCRA, eu lhe falei da minha preocupação sobre a regularização fundiária desses assentamentos, até porque, como foi dito aqui, e há também um relatório, nós temos mais de 272 assentamentos com mais de 10 anos. Já teriam direito de regularização.

Sabemos que, dentro do programa do INCRA, está determinado que, para o assentamento ser emancipado, ele tem de ser autossustentável, tem de ter autonomia. Mas observamos que, nas condições da reforma agrária feita no País, em função da burocracia excessiva, da obrigação de seguir todos os trâmites e pela falta de recursos necessários para atender a todas as demandas, nós sabemos das dificuldades existentes para garantir a todos os assentamentos a autonomia e a sustentabilidade necessárias para poderem se emancipar.

Eu entendo que, na condição de Deputados Federais, na condição de Parlamentares do Congresso Nacional como um todo, nós temos de discutir com o Governo, que é do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, e com o INCRA, para podermos encontrar uma solução rápida para a regularização fundiária. Senão, nós vamos só aumentando os nossos problemas.

De vez em quando nós recebemos notificações do Ministério Público para retomada de lotes. De vez em quando nós recebemos do INCRA, através de decreto presidencial, instruções para a retomada de lotes. Quando se faz a retomada de um ou dois lotes em algum assentamento, é um desespero, é um pânico geral. Então eu acho que nós temos que encontrar uma solução.

Eu vou citar um exemplo. Eu conheço a realidade de Novo Mundo, de Peixoto e de todo o Estado, porque já fui Deputado Estadual duas vezes, Prefeito duas vezes, e sempre acompanhei muito de perto a questão da reforma agrária. Itanhangá, por exemplo, é uma cidade que nasceu de um



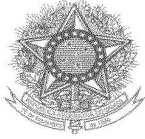
assentamento de reforma agrária. Até para regularizar o perímetro urbano é uma dificuldade. Com Fresa é a mesma coisa. Nós temos vários Municípios com esse problema.

Há um assentamento em Brasnorte, chamado Gleba Tibagi, que já completou 26 anos. Ele existe desde que Dante de Oliveira era Ministro da Reforma Agrária. Naquela época havia muita malária, e, na época da chuva, não havia acesso por estrada nem para entrar nem para sair da terra. Hoje, Deputado Neri, não há mais nenhum dos originais naquele assentamento. Porém, nesses 26 anos de assentamento da Gleba Tibagi, existem pessoas que estão lá há 20 anos, que são terceiros dentro dos lotes. Do total de quase 1.200 lotes, pelo menos 800 estão dentro de um único lote, são clientes da reforma agrária e estão “ciprados” pelo INCRA. E nós temos lá mais um restante de área, na qual caberia mais uns 400 clientes da reforma agrária, mas está ocupada por pessoas que são proprietárias de 10 lotes naquele lugar. Nós temos de solucionar esse problema.

Para regularizar essa área, já fizemos um levantamento. Serão gastos 1 milhão de reais para fazer o georreferenciamento e o PDA ao mesmo tempo. A mesma empresa que fizer o georreferenciamento pode fazer o PDA e, desse modo, já garantir a titularidade de quem está “ciprado” há mais de 10 anos, para começar todo um processo de regularização.

Dentro da Gleba Tibagi já existe estrada. O Programa Luz para Todos está chegando lá agora, e todas as áreas irregulares já tem esse Programa. A maioria já tem escolas, já tem a presença da Prefeitura, ou seja, já está constituído tudo que as pessoas precisam. Como disse o Samuel, é pelo menos o título. Se não se conseguiu acesso pelos recursos do PRONAF, pelo menos se tem acesso às linhas de crédito normais dos bancos.

Nós tivemos a oportunidade, semana passada, de falar com o Celso, juntamente com o Governador Silval Barbosa, o Deputado Neri estava junto e o Deputado Wellington Fagundes também, e o Estado quer ser parceiro na regularização fundiária. Nós sabemos que, para o INCRA realizar essas ações de regularização, de georreferenciamento, é uma burocracia muito maior que para o Governo do Estado.



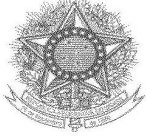
Então o Governador está com disposição de ajudar, não só para gerenciar esse processo, mas para entrar com a contrapartida para que possamos realizar a regularização fundiária, e não só na Gleba Tibagi, mas em todos os assentamentos, em todos os 272 assentamentos, que têm mais de 10 anos e que têm necessidade de algum tipo de regularização.

Nós sabemos que não é um trabalho para 1 ano, não é um trabalho só para 2 anos, mas em algum momento nós temos que começar, para não se passarem mais 30 anos e esses lotes fiquem sem regularização. Aí acontece o que o Silvino contou: as pessoas vão desistindo, um compra um lote e, já que não tem regularização, não tem acompanhamento do INCRA, aí compra outro lote. Vão virando grandes propriedades em áreas que já foram decretadas e que já foram outrora programas de assentamento da reforma agrária.

Então eu acho que devemos dar uma atenção especial a essa questão. Existe a parceria do Governo do Estado, a vontade dos assentados e, para se passar a régua, Richard, eu acho que é possível até que os assentados abram mão de algumas possibilidades de crédito, talvez não do fomento da habitação, mas de alguns outros créditos, para que eles possam começar a ter essa autonomia e começar a ter vida própria. Se nós formos aguardar a questão da autonomia através da sustentabilidade, nós não vamos garantir a regularização nunca nesses assentamentos.

Então eu, como Deputado da Base do Governo, do Partido dos Trabalhadores, que conheço com profundidade a realidade desses assentamentos do Mato Grosso, e conheço muitos deles, acho que nós temos que passar a régua, com critérios também, não é passar a régua de qualquer modo.

Eu sempre cobrava muito o Willian disso. O Willian tem uma proposta de emancipação dos assentamentos antigos, através de uma ação de titulação, definitiva e rápida, passiva e completa. Esse é o título que ele deu para isso aqui. É uma proposta que ele provavelmente vai apresentar para a nova Presidência do INCRA e que depende também, Deputado Homero, de uma regularização aqui através de medida provisória ou de um projeto de lei — talvez seja mais rápido por medida provisória —, para que efetivamente



possamos trabalhar e garantir a efetivação da regularização desses assentamentos.

Então, quero parabenizar o Deputado Homero, parabenizar o Deputado Neri, por ter convocado esta reunião. V.Exas. são das Comissões que convocariam esta audiência, porque aqui, para quem não sabe, a audiência pode ser convocada só pelas Comissões afins. Ainda bem que Mato Grosso está bem representado, e nós somos parceiros para que possamos levar adiante essa questão e que possamos definitivamente garantir segurança para os assentados.

Por fim, espero que conste nesses critérios de emancipação de assentamento, de uma forma mais rápida, um critério rigoroso de cadastro, para que efetivamente não possamos ter um mesmo cliente da reforma agrária pegando lotes em outros momentos em mais de uma localidade.

Então era isso o que eu tinha a dizer. Estamos à disposição, com o nosso mandato, para que possamos trabalhar essa questão da regularização fundiária de uma forma mais acelerada, ou pelo menos iniciarmos o processo.

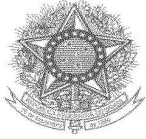
Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Obrigado, Deputado Ságuas.

Eu passo a palavra ao Superintendente do INCRA, Dr. Willian.

**O SR. WILLIAN CÉSAR SAMPAIO** - Boa tarde, Deputado Neri Geller, que preside a reunião, Deputado Homero, Deputado Ságuas. Quero cumprimentar todo o pessoal de Mato Grosso que veio para esta audiência, o Prefeito Vanderley, o Léo, o Prefeito José Hélio, de Novo Mundo, enfim, quero dizer que para mim, que sou filho de Mato Grosso, mato-grossense de nascimento, é uma satisfação muito grande participar, aqui no Congresso Nacional, desta audiência conjunta da Comissão de Agricultura e Pecuária e da Comissão da Amazônia para tratar de um assunto tão importante para o Estado do Mato Grosso, que é a regularização fundiária. Nós temos oportunidade de nos manifestar, de colocar o nosso pensamento.

Quero dizer que, nesses 2 anos em que estou como Superintendente do INCRA, tive uma visão muito mais aprofundada dessa problemática dos



assentamentos antigos. E falo muito mais como cidadão mato-grossense, cidadão brasileiro, pois tenho a preocupação com o que chamo de uma política de ação para completar o ciclo da reforma agrária lá no Mato Grosso.

O INCRA trabalhou muito já no Mato Grosso nesses 31 anos. O primeiro assentamento criado no Mato Grosso foi em 1979, há 31 anos, e o INCRA cria uma média de 13 assentamentos todos os anos, chegando a esse número que o Deputado Ságuas citou.

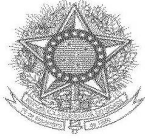
O IBGE contou a população rural de Mato Grosso, 549 mil habitantes. Se colocarmos uma média de três moradores por lote da reforma agrária, vamos ter aproximadamente 300 mil pessoas morando em assentamento. Isso aí, Deputados, dá mais da metade da população rural de Mato Grosso.

Então, nós temos hoje, vivendo em área reformada, alguma coisa em torno de 54% da população de Mato Grosso, o que é muita coisa. Mato Grosso não tem uma tradição de pequenas propriedades, Mato Grosso não é um Estado que tem agricultor familiar, como em outras regiões. Lá quase tudo o que é pequeno produtor está dentro de assentamento. O número que está fora de assentamento é muito pequeno. Então o INCRA é muito importante para o Mato Grosso, e o Mato Grosso é muito importante para o INCRA. Por isso eu tenho uma satisfação tão grande de poder me pronunciar aqui.

O INCRA é importante para o Mato Grosso por causa da questão dos assentamentos, mas também por causa do agronegócio, da produção. Hoje, mais da metade da produção de grãos do Brasil é feita em Mato Grosso, e tudo isso de alguma forma passa pelo INCRA também, porque é lá que os agricultores vão buscar o seu CCIR, vão buscar a certificação do seu georreferenciamento. E também eu acho que Mato Grosso é importante para o INCRA porque é uma das Superintendências maiores, é um dos Estados que mais têm assentamentos.

Eu quero chamar atenção para uma coisa que ninguém falou aqui. Nós temos essa questão da idade dos assentamentos. Nós temos 3 assentamentos que têm mais de 30 anos; temos 6 assentamentos que estão na faixa de 25 a 29 anos; temos 36 assentamentos que estão na faixa de 20 a 24 anos; 69





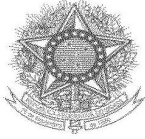
assentamentos na faixa de 15 a 19 anos; 158 assentamentos na faixa de 10 a 14 anos; isso tudo contando a data de criação do assentamento.

No Mato Grosso, o instrumento da desapropriação foi muito usado para amortecer conflito social. Então, é muito comum, nesses assentamentos, que eles tenham 10 ou 20 anos de criação e mais 20 anos de pessoas que já moravam no lote como posseiros. Depois veio o INCRA, fez a desapropriação, começou a contar como assentamento, mas muitas vezes a família ou algum parente já estava ali naquela área há muitos anos. Isso, na região do Araguaia, é muito comum. Quase todos os assentamentos lá foram criados em áreas que já estavam ocupadas.

Por isso mesmo a conclusão dessa obra da reforma agrária, a conclusão com a titulação definitiva torna-se de importância fundamental. Assim, como disse o Presidente Celso Lacerda, na sua fala, essa é uma ação que depende de apoio, depende de ajuda. Nós estamos conversando isso com o Governo do Estado, do ponto de vista executivo, para fazer esse trabalho. Não é um trabalho simples de fazer. Nós temos aproximadamente 5 milhões de hectares de assentamentos federais. Isso dá mais ou menos 50 quilômetros quadrados. É como se estivéssemos lá dentro do nosso interior de Mato Grosso o Estado de Sergipe mais o Estado de Alagoas, somados, sendo os dois Estados só assentamentos. O tamanho das áreas de assentamento que temos lá é do tamanho da Costa Rica.

Não estou falando isso do ponto de vista de ser suficiente ou não para atender à demanda rural. Estou falando que é muito trabalho, muita área reformada para uma equipe de 200 servidores.

Precisamos juntar forças com o Governo do Estado. Acho que existe hoje uma possibilidade de fazer isso, mas não leva a uma titulação definitiva. Vou dar um exemplo: o último assentamento que nós titulamos, no final do ano passado, foi o assentamento Paloma, entre os Municípios Brasnorte e Juína, com mais ou menos 100 lotes. Fizemos o trabalho dentro do marco legal vigente e só foi possível titular metade. A outra metade não estava em condições de ser titulada, mesmo já existindo, em alguns casos, morador no lote há algum tempo.



A conclusão desse trabalho de uma forma completa no assentamento vai depender de alguma mudança legal. O assentamento hoje não pode ser regularizado pelo critério da ocupação, como é o caso do Programa Terra Legal, da regularização fundiária, em que o critério para ocupação, de 2004 para trás, dá ao ocupante o direito à regularização. No caso do assentamento, não é exatamente assim que prevê a legislação.

Eu queria só reforçar a importância desse diálogo iniciado. Acho que a reforma agrária em Mato Grosso vai ganhar muito se esse trabalho for feito; o desenvolvimento rural de Mato Grosso vai ganhar muito, vai trazer segurança jurídica, as pessoas vão ter o seu documento. A própria ação do INCRA libera energia para se concentrar nos assentamentos novos que todo ano o INCRA continua criando, necessitando de mais condições para se dedicar a isso.

Eu o agradeço por essa oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Obrigado, Dr. Willian.

Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Ezequiel, um dos grandes responsáveis por esta audiência pública. Ele, através da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, tem se empenhado muito nessa questão.

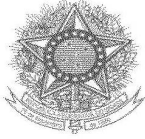
Com a permissão do Plenário, passaremos o vídeo, rapidamente.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Passo a palavra ao Deputado Homero Pereira.

**O SR. DEPUTADO HOMERO PEREIRA** - Sr. Presidente, Deputado Neri Geller; Srs. Deputados; pessoas que participaram, que deram aqui seus depoimentos; dirigentes do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, acho que as imagens falam por si só, e a angústia do próprio Superintendente do INCRA no Mato Grosso, aqui demonstrado pelas palavras do Superintendente Willian, mostra que nós precisamos de uma ação conjunta. Não dá para deixar só o INCRA fazer as coisas, que acabam não acontecendo, ou o MDA, ou o Governo do Estado, e assim por diante.

Eu tenho uma proposta concreta — que eu acho que é a do Dr. Richard Martins, representante do Presidente do INCRA, Dr. Celso, e do MDA —: que a



gente emancipasse os assentamentos mais antigos para poder tirar a pressão sobre o INCRA, que não tem estrutura física.

Está aí o depoimento deste funcionário, dizendo que só há três funcionários e que demoraria para ver só os assentamentos daquela região dois anos. Ele está dizendo que está com 200 funcionários para atender a todo o Estado de Mato Grosso, cuja área de assentados é maior do que o país da Costa Rica. Como 200 pessoas vão conseguir dar assistência a isso?

Estamos trazendo o exemplo do Mato Grosso, mas no dia em que aprovamos o requerimento todos os Estados se manifestaram. Isso é recorrente em todo o País, onde há assentamento.

Precisamos urgentemente aproveitar a nova inserção do Dr. Celso, que acaba de assumir a Presidência do INCRA, para que possamos avançar e emancipar esses assentamentos com mais de 10 anos e nos concentrar nos assentamentos novos. E essas pessoas vão ter acesso ao PRONAF, vão ter seu documento, vão poder ir ao Banco do Brasil captar o crédito e, enfim, terão cidadania, porque, da forma como está, há uma eterna reclamação entre os assentados e entre o INCRA e não há avanços.

Sr. Presidente, acho que esse é um fruto desta nossa audiência. É um dos encaminhamentos — um deles, porque, certamente, outras pessoas vão poder se pronunciar.

Aproveito a presença do Presidente do INCRA, Dr. Celso, que acaba de retornar. Falávamos exatamente sobre a angústia que todos aqui manifestaram quanto à falta de estrutura do INCRA para dar suporte a esse volume de assentamentos, para que possamos, nessa ação conjunta, fazer a emancipação dos assentamentos mais antigos e nos concentrar nos assentamentos mais novos, inclusive na nova demanda. Certamente há nova demanda, há acampados que ainda precisam receber seus lotes e assim por diante. Mas como poderemos atender a demanda de acampados novos se nós não estamos resolvendo a situação dos assentados antigos?

O primeiro encaminhamento que esta audiência poderia fazer é exatamente propor ao INCRA, juntamente com parcerias, com o Governo do Estado e as Prefeituras, promover a emancipação desses assentamentos mais



antigos, acima de 10 anos, para que eles possam buscar seus destinos. Acho que, se nós fizermos isso, esta audiência já terá cumprido um papel importante.

E fica aqui, Presidente, a parceria desta Casa, para que possamos apoiar o INCRA nas políticas públicas, nas novas estratégias que a sua Presidência está propondo agora, certamente, com os novos Superintendentes que serão nomeados e os novos Diretores, para que possamos tirar esse tema.

Em um País como o nosso, com a quantidade de terra que tem, sempre dizemos que terra não é o problema para a reforma agrária, o problema é a operacionalização. Temos demanda social e temos um ativo patrimonial para poder atender a essas pessoas, mas atender principalmente aqueles que têm vocação, e não aqueles que não têm vocação. Já está escrita a forma de se promover os assentamentos. No campo não está a solução para o problema do desemprego na cidade. Muita gente pensa que, se há desemprego na cidade, deve-se ir para o campo, para um assentamento, porque lá vão ter lote, cesta básica e todo o apoio governamental. Não é assim. Lá no campo há espaço para quem tem vocação, para, através de seu labor, tirar o sustento para si e para sua família. Para isso há espaço, mas não para as pessoas que não têm vocação para o campo. Não adianta fabricarmos agricultores. Esses terão que ser requalificados. Teremos que requalificar a mão de obra para que eles possam ter acesso e ser produtores.

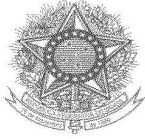
Agradeço a oportunidade. Foram muito importantes esses depoimentos que nós ouvimos aqui, de quem está assentado, como é o caso do Samuel e como é o caso do Léo. Ouvimos a indignação de produtores que, mesmo tendo sua propriedade vizinha aos assentamentos, dão todo o apoio aos assentamentos, mas vêem sua propriedade sendo causa de ampliação de reforma agrária. E vimos a angústia dos órgãos públicos, que querem fazer mas não têm estrutura para atender a essa demanda.

Então, temos que tirar essa pressão e, gradativamente, emancipar os assentamentos.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Obrigado, Homero.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Cesar Quartiero.



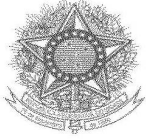
**O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvi a fala do nosso representante do INCRA em Novo Mundo, e ele disse que as pessoas precisariam ir lá para ver o que está acontecendo. Podemos dizer que não, que não é necessário, porque o que está acontecendo no seu lugar é o que está acontecendo em toda periferia agrícola deste País. Em toda fronteira agrícola isso está acontecendo, não é só lá.

Sábado eu estive em Roraima. Fui convidado para uma reunião em um assentamento no Jacamim, a 50 quilômetros de Boa Vista, capital do Estado. Havia chovido. Era o começo de inverno em Roraima, era começo das chuvas, e a estrada estava horrível. Tive que largar o carro e andar 1 quilômetro a pé para chegar. Lá chegando, vimos pessoas em extrema dificuldade, pessoas que se queixavam da ausência de estradas para levar uma coisa, uma assistência técnica para ensinar como eles poderiam produzir melhor e viabilizar sua produção e que reivindicavam pelo menos um acesso de estrada. Enfim, eram pessoas desassistidas. Lá eles bem relataram, e também observamos que o mato entrava dentro das casas e que havia malária. Uma criança estava com malária; um pai de família, numa rede, também estava malária, esperava a água descer para poder ser levado para o hospital de Boa Vista. E eles receberam a visita do IBAMA, de helicóptero, com a Polícia Federal, para multá-los porque eles derrubaram meia dúzia para plantar uns pés de abacaxi, uns pés de mandioca, uma agricultura de subsistência extremamente pobre.

Então, o que acontece lá não está acontecendo somente lá, está acontecendo em toda parte.

Eu não sei o que está acontecendo conosco, com o Brasil. Não sei o que está havendo. Sempre fomos um País que procurou desenvolver nossas fronteiras, levar o progresso, fixar as pessoas, dar a oportunidade de elas, com empreendedorismo, progredirem. E agora só adotamos uma política de cerceamento, de inibição da capacidade humana de progredir.

Vemos o contraponto: de um lado, o Governo, que não oferece nada para beneficiar o cidadão. Nada, mas nada mesmo. E como é exigente na



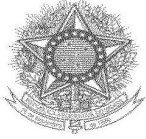
questão ambiental, na questão da cobrança de impostos. Se deixar de pagar, você vai para tudo quanto é órgão e já está com o seu crédito cortado. Você cai nessa questão do ambientalismo.

E, naquela oportunidade em que estavam reunidas todas aquelas pessoas, quase todas analfabetas, elas me disseram: “*Não, tem, lá em Brasília, Deputado. Qual é a notícia? Tem um tal de Código que está sendo votado e que vai nos ajudar.*” Lá naquele interior, não sei como eles descobriram, se foi por rádio, alguma coisa.

E eu venho aqui e vejo esse emaranhado de leis e de normas que estão querendo fazer com esse Código, esse emaranhado de leis fundiárias. O agricultor brasileiro não cabe dentro desse emaranhado, desse cipoal de normas legais. Talvez lá, com acesso ao Ministro, um produtor do Paraná que vá ao *shopping* todo dia, percorrendo o asfalto, consiga enquadrar-se, mas o pessoal dessa nossa região, que representa a maior área do Brasil, não tem a mínima condição, porque não há Internet, não há estrada, não há luz elétrica, não há nada. Como ele vai se enquadrar naquele livro, naquele calhamaço? Impossível. As leis têm que se adaptar à sociedade, e não a sociedade se adaptar às leis.

Sinceramente, é aquilo que o Deputado Homero, que já saiu, falou: nós temos que nos unir para resolver isso. É lógico que, isoladamente, ninguém vai reverter essa situação, mas, para isso, temos que nos despir da nossa prepotência. Prepotência. Prepotência de achar que aqui em Brasília nós vamos fazer lei para resolver problemas de todo o Brasil. Temos que ter humildade. Achar que uma pessoa que veste um colete é fiscal não sei do quê, e sair multando, armado, intimidando, insultando as pessoas, onde vamos chegar com isso? Acho que nós temos que rever urgentemente a nossa própria atuação.

Eu sou considerado latifundiário, sou considerado um grande produtor. Tudo bem, estão me perseguindo porque não estou no *portfolio* oficial, mas, em compensação, o pequeno produtor está bem. Fico satisfeito porque pelo menos tem alguém bem na situação. Mas se a gente vai ver não tem ninguém bem. Ao contrário, eles usam o pequeno e o grande para nos dividir, impedir



que nós tenhamos uma reação a essa situação. E nós ficamos aqui como se fosse um setor isolado.

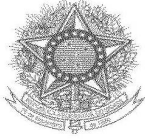
Peço desculpas ao Reinhold Stephanes, nosso brilhante Deputado. Quanto a essa questão do Código, eu não sei o que nós queremos fabricar neste País. Será que nós vamos fabricar um robô que só serve para cumprir lei para o nosso proprietário rural, lá no meio do mato? Não sei.

Eu acho que o que o Homero falou é a solução. Nós temos de nos reunir todos, o INCRA e todos esses órgãos, enfim. Evidentemente, há órgãos só servem para atrapalhar, como a FUNAI e o IBAMA. Esses são complicados. E nós temos exemplos aí, falam tanto em titulação de terra... Em Roraima, as pessoas foram despejadas de suas terras tendo títulos do INCRA com o nada-consta da FUNAI. Elas foram postas para a rua. Lá agora, em São Félix do Xingu, um assentamento está sendo desalojado por causa das terras indígenas.

Então eu acho que nós temos primeiramente de nos conscientizar da nossa pequenez diante do problema e ter humildade e nos unir. Vamos pelo menos ouvir o nosso povo e apoiá-lo. Se a gente não puder resolver, vamos dar um conforto espiritual, até moral para esse povo que está lá naquela fronteira tão abandonada, mantendo o Brasil nessas áreas. Temos que dizer a eles que nós vamos fazer o possível para ajudá-los, e não ficar fabricando lei aqui para intimidar, para perseguir, para multar, para aprisionar, para tratá-los como criminosos. Vamos ter essa consideração cristã com o nosso povo. Porque o nosso povo está sendo massacrado. E nós estamos aí querendo bancar os bonitinhos para o mundo, querendo fazer sei lá o quê ou deixando uns fazer o que nós não fizemos. Acho que temos de mudar a atitude, urgentemente. E eu acho que passa por isso: humildade e reconhecer que nós temos um problema pela frente, que só com trabalho, com união, ouvindo todo o mundo, respeitando todo o mundo, nós vamos chegar a um denominador mais favorável. Se não chegarmos ao paraíso, pelo menos sairemos do inferno.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Deputado Valmir Assunção.



**O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO** - Sr. Presidente, quero primeiro saudar os dois autores do requerimento, tanto o da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional como o da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e saudar o Presidente do INCRA, Celso Lacerda, aqui presente.

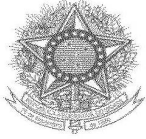
Quero iniciar dizendo que sou do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, sou assentado de um projeto de reforma agrária há mais de 20 anos. Hoje é uma felicidade estar aqui, como Deputado Federal, para defender e representar também essa luta.

Parabenizo inicialmente o INCRA. Durante todo o período de sua existência, sempre foi um órgão criticado pelos sem-terra, criticado pelos fazendeiros, criticado por muitos órgãos do Governo, criticado pela imprensa, mas, mesmo assim, esse órgão é o responsável por fazer com que centenas, milhares de famílias possam hoje ter direito à terra para produzir e alimentar-se. Talvez não esteja de acordo com a nossa vontade e com que as pessoas esperam, mas está de acordo com sua força e suas condições. Então é preciso registrar isso.

Outro aspecto: muitas vezes as pessoas debatem que o central, nesse aspecto, é a emancipação dos assentados, que deve haver a titulação. Eu acho que há uma questão anterior a essa. De todos os problemas que nós vemos nos assentamentos — eu sou daqueles que acham que a imagem não diz por si só. Eu acho que não, porque não é a realidade de todos os assentamentos do País, não é a realidade da maioria, isso é preciso dizer, mas é algo que nós temos de enfrentar, que nós temos de debater —, eu acho que o central é a terra. O grande problema que nós vimos, quando assisti àquele filme do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, daquela pessoa arrecadando dinheiro para aquela outra pessoa se tornar um acampado e, depois, se tornar um assentado, é a questão da terra. Qual é o grande problema? É que o INCRA para desapropriar uma fazenda leva 3 anos — para desapropriar uma fazenda.

No Brasil, há diversas fazendas improdutivas. E aí, mesmo no caso dessas fazendas improdutivas, em nome do direito à propriedade, não se pode agilizar o processo desapropriatório. Como demora muito para se desapropriar





um fazenda, as pessoas ficam acampadas e aí dá margem para todo esse tipo de problema que se viu em relação a acampamento.

O que nós temos de pactuar? Nós temos de criar aqui, na Comissão de Agricultura, aqui no Parlamento, um sentimento para preservar aqueles que produzem. Agora, aqueles que têm suas terras improdutivas têm de cumprir o art. 184 da Constituição Federal. Todas as terras improdutivas devem ser destinadas para a reforma agrária. E o Governo Federal não pode ficar sozinho com a responsabilidade da reforma agrária. A responsabilidade também tem que ser dos Governos Estadual e Municipal. Qual é o problema? O INCRA é responsável por fazer o assentamento, mas é também é responsável pela infraestrutura, é responsável pelas estradas, é responsável pela saúde, é responsável pela água. Só não é agora responsável pela energia, porque foi criado o Programa Luz para Todos, mas no passado era também responsável por essa questão. Ou seja, quando se trata de reforma agrária, a responsabilidade não pode ser apenas do INCRA, também deve ser dos Municípios. Se nós não tivermos essa compreensão no Estado brasileiro, lógico que nós não vamos resolver esses problemas. E é preciso nós enfrentarmos isso.

Encerrando, quero dizer que fico feliz por estar participando desta audiência, ao mesmo tempo compreendendo todos aqueles que acham que têm problemas nos dos assentamentos. E, de fato, muitos têm problemas. Agora é preciso nós termos a compreensão maior desse processo.

A reforma agrária é uma luta de movimentos sociais que estão excluídos, mas que precisam ser incluídos no processo produtivo.

E há aqueles que às vezes dizem — eu respeito, mas eu não posso concordar — que para ir para dentro de um assentamento tem que ter vocação. Eu não sei se os donos de bancos neste País têm vocação para ter terra, mas têm; eu não sei se os donos de fábricas neste País têm vocação para ter terra, mas têm. Então, a questão não é de vocação. A questão não é essa. A questão é outro aspecto fundamental, e que todos nós aqui compreendemos: em alguns setores da sociedade a vocação é a ganância pelo lucro. E uma sociedade onde cada vez mais o lucro é o central, o individualismo é o central, lógico que



são excluídos aqueles que não tiveram tantas oportunidades na vida. E quem não tiveram muitas oportunidades significam nesta sociedade os quilombola, os indígenas, os sem-terra. E nós, no Parlamento, temos de somar esforços para criarmos oportunidades para essas pessoas irem reparando essas situações.

Lógico que eu não concordo com alguém vender um lote de terra. Eu não concordo, e nós temos que enfrentar isso. Lógico que eu não concordo com alguém pedir dinheiro para uma família poder ficar num acampamento. Lógico que eu não concordo com isso! E nós temos de enfrentar. Mas essa não é a regra. A regra é que nós precisamos democratizar o acesso à terra, seguindo o art. 184 da Constituição Federal, Sr. Presidente.

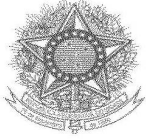
**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Passo a palavra ao Deputado Marcon.

**O SR. DEPUTADO MARCON** - Queremos saudar os Presidentes dos trabalhos, tanto o da Comissão de Agricultura como o da Comissão da Amazônia; saudar também o nosso Presidente do INCRA, o companheiro Celso; saudar os dois companheiros, representantes dos assentamentos, o Samuel e o meu conterrâneo Léo Bilibio, que esteve domingo em sua cidade de origem, Nonoai. Eu morei em Ronda Alta, onde houve a romaria, no domingo. Mais de 20 mil pessoas estavam lá na tua cidade, onde tu nasceste, no Rio Grande do Sul.

Sei muito bem das histórias de muitas pessoas, como o Léo, que saiu do Rio Grande do Sul iludido pelas políticas do Governo, à época, que foram lá se aventurar. Muitos se deram bem, alguns não se deram. A Encruzilhada Natalino é uma história dessa natureza. Lucas do Rio Verde é de gaúchos que saíram na época da Encruzilhada Natalino, onde o Curió oferecia leite e mel. Era isso que ele prometia para os cidadãos gaúchos. E deu no que deu.

Nosso conterrâneo Pivetta, que foi Deputado lá no Mato Grosso, que morou na minha cidade de Rondinha, Ronda Alta, trocou lote por transporte de seres humanos de volta para o Rio Grande do Sul. Foram jogados lá os gaúchos. E quem teve dinheiro, fez dinheiro no Mato Grosso.

Hoje, nós vimos a situação de vários gaúchos que foram para lá e de vários assentamentos. Acho que, em primeiro lugar, o INCRA tem que ser um



órgão forte e preparado para enfrentar essa questão. Falo isso porque conheço o INCRA.

Faz 17 anos que sou assentado. Hoje de manhã saí do Município de Nova Santa Rita, onde sou assentado, e peguei o ônibus em Porto Alegre para estar aqui neste momento. Então, eu sou assentado. Conheço a realidade e as dificuldades. O sem-terra é um povo que não tem mais esperança, vê um sinal verde no fim do túnel e se atira numa lona preta, para ir em busca do seu direito. Vejo que tem que ter parcerias com os Governos dos Estados. Os Governos têm de ser parceiros.

Quero aqui falar dos Prefeitos, não dos dois que estão aqui, que eu não conheço. Então, não quero falar dos Prefeitos que estão aqui. Mas lá no Rio Grande do Sul têm muitas Prefeituras que funcionam porque usam dinheiro do INCRA. Eles o desviam e o que menos fazem é estrada, distribuição de água, e de recursos para os assentamentos. Porque muitos Prefeitos são contra os assentamentos.

Então, vejo que é uma situação polêmica. Conheço muito bem essa situação. Não podemos tratar os diferentes iguais, não podemos achar que um sem-terra é igual a um fazendeiro, a um proprietário rural. Não dá para tratar um sem-terra e achar que ele deve receber a mesma política dos grandes. Nós temos que tratar os pequenos de forma diferente dos grandes. Achar que a maioria dos grandes vai salvar os pequenos, não é isso o que a história mostrou para o Brasil e que nós vimos ultimamente. O que nós precisamos é de recursos.

Outra: achar que titular os assentamentos, Samuel, vai resolver o problema, vai resolver para vocês quando virem que não sobra ninguém nos assentamentos. Nós precisamos de infraestrutura. Nós precisamos de assistência técnica, nós precisamos de escola, nós precisamos de ter produção nos assentamentos. E para isso, é preciso ter investimento.

Sr. Presidente, o que encaminho aqui... Aliás, antes o Código Florestal... Eu sou defensor da proposta que o Governo mandou para esta Câmara. Defendo os 4 módulos, o conceito de agricultura familiar, que querem terminar, para emparelhar todo mundo. Eu defendo isso. O decreto do Governo, se não



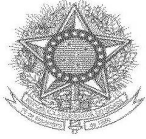
conseguirem votar até o dia 11, vai ser prolongado. Mas nós não podemos resolver o problema do Brasil de uma hora para outra.

O que vejo aqui, Sr. Presidente, é que temos dificuldades financeiras. O companheiro já relatou que o Governo do Mato Grosso está tentando fazer um convênio com o INCRA. Beleza. Temos que ver as parcerias com os Municípios. Temos que ver quanto é o recurso para fazer uma casa. Porque existe diferença entre uma casa do meio rural e uma casa da região metropolitana. Existe diferença. Mas temos que fiscalizar o recurso. Não sou daqueles que pensa que se o recurso é público tem que botar fora pela janela. Mas nós temos que botar recurso no INCRA, nosso Presidente, companheiro Celso.

Acho que o encaminhamento que eu podia fazer aqui... A bancada do Mato Grosso, tem de fazer uma emenda de bancada para botar recurso no INCRA, para que seja investido nos assentamentos. Quantas emendas da bancada do Mato Grosso existem para os assentamentos do Mato Grosso? Somos favoráveis até que momento? Até quando não dói no nosso bolso? Até que não seja no meu, tudo bem. Quando bate no meu, saio correndo. Por que a bancada gaúcha... Aliás, a bancada gaúcha e o Adão Preto sempre botavam emendas nesse sentido. Por que a bancada do Mato Grosso não bota uma emenda para ajudar a resolver a infraestrutura dos assentamentos? Qual é o problema? A outra coisa que vejo, é que existem terras públicas e terras de grileiros. O INCRA também tem de botar a mão nessa questão das terras públicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Sou solidário ao meu companheiro Léo, meu conterrâneo gaúcho, que está lá desbravando as terras do Mato Grosso. Contem conosco. Sou parceiro no que precisarem. Eu sei que a vida não é moleza. São heróis todos aqueles que peleiam para permanecer na terra. Conheço muito bem essa realidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Obrigado, Deputado Marcon. Gostaria de acrescentar, até porque fui inquirido, que este é o meu primeiro ano de mandato. Mas, no passado, toda a bancada do Mato Grosso contribuiu para isso. Nós estamos discutindo justamente para se fazer um



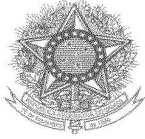
encaminhamento e para que seja feita a regularização de assentamentos onde existem pessoas há mais de 10, 12 anos. E o INCRA precisa flexibilizar, para fazer a documentação.

**O SR. DEPUTADO MARCON** - A documentação não resolve o problema. Não vai resolver o problema de falta de assistência técnica e de infraestrutura. Pelo contrário, tira-se o INCRA e o Governo Federal lava as mãos. Nós precisamos botar infraestrutura. Depois de titulado, não é mais atividade do INCRA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Com a permissão do Plenário, passo a palavra ao Deputado Estadual Ezequiel.

**O SR. EZEQUIEL** - Obrigado, Presidente, Deputado Federal Neri Geller. Quero cumprimentar também o Deputado Homero Pereira, meu querido Deputado Ságuas Moraes, nosso Chefe da Casa Civil do Estado do Mato Grosso, José de Lacerda, o Sr. Presidente do INCRA, Celso Lacerda, com quem tivemos outras oportunidades de discutir os problemas de Mato Grosso, nossos Prefeitos de Mato Grosso, dos Municípios de Novo Mundo e de Itanhangá, como também os assentados, o Léo Bio, o nosso companheiro Samuel, e a todos os matogrossenses que vieram em nossa caravana.

Quero dizer aqui que nós, que estamos na Assembleia Legislativa, que andamos e conhecemos a realidade de Mato Grosso, ouvindo a fala dos que nos antecederam, certamente, já fomos contemplados com o que foi falado aqui. Mas é preciso lembrar do favelamento dos assentamentos, Sr. Presidente, Celso Lacerda. Isso não pode continuar. É desumano o que estamos assistindo em Mato Grosso. Certamente, a extensão rural, o acesso ao crédito, como disse também aqui o Deputado do Rio Grande do Sul, são necessários. Mas a emancipação dos assentamentos, a condição de trabalho de cada pequeno agricultor que lá está, Samuel... Em Mato Grosso existem 537 assentamentos. Esse número é muito grande. Se deixarem os assentamentos, daqui a cinco anos, Presidente Celso, vai acontecer o que aconteceu naquele assentamento que o senhor mostrou: o descaso. O INCRA deu dinheiro para se fazer as casas, para se colocar água, mas, de repente, ele se tornou uma fazenda. Então, nós estamos andando para trás. Nós não



conseguimos mais suportar, em Mato Grosso, que é um Estado rural, que 82% da população mora na cidade. Isso não é possível.

Ouvi o Deputado Quartiero fazendo as suas colocações. Eu concordo plenamente com o que S.Exa. falou. Nós temos aqui o Deputado Reinhold Stephanes, que foi Ministro da Agricultura, que certamente pode contribuir muito com isso. E nós não podemos ficar aqui parados vendo tudo o que está acontecendo.

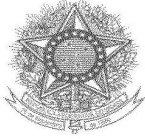
Vim aqui hoje, a convite do Deputado Neri Geller, porque lá em Mato Grosso, lá na Assembleia Legislativa do nosso Estado, também existe esse clamor. O Presidente do INCRA Celso Lacerda já nos recebeu pela terceira vez. Aliás, o anterior também. O Wilian não está mais aqui, mas não é apenas a troca dele ou dos chefes do INCRA dos Estados que irá resolver o problema. Precisamos exatamente dos recursos. O Governo do Mato Grosso oferece uma parceria para ajudar na estadualização dos assentamentos, de forma que possamos agilizar isso.

Não dá mais para ficar, cada vez que se troca o Governo, com nova esperança. O nosso assentado precisa ter segurança. Não dá mais para aguentar o que está acontecendo em Mato Grosso e em todo o Estado mato-grossense.

Por isso, eu venho aqui, me colocar também à disposição, assim como colocou o Governo de Mato Grosso, aqui representado pelo Sr. José Lacerda, representante da Casa Civil, no sentido de fazermos essa parceria, de ajudarmos os nossos assentados.

Existem assentamentos que não têm estrada, existem assentamentos que não têm casa, existem assentamentos que não têm energia, quase todos não têm saúde. Eu trouxe, inclusive, um projeto do Município de Araputanga, que foi dada entrada em 2007, em 2008, em 2009, mas até hoje não saiu um cruzeiro sequer para arrumar a estrada.

Sr. Presidente, por essa solicitação de audiência pública, eu quero parabenizar o Deputado Neri Geller, o Deputado Homero Pereira e os demais Deputados que dela participaram, porque a situação é grave. Eu espero que nós possamos sair daqui pelo menos com a esperança de levar ao povo mato-



grossense a possibilidade de começarmos a emancipar aqueles que puderem ser emancipados. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Obrigado, Deputado Ezequiel.

Gostaria de agradecer a presença do nosso Professor João Valente, Presidente da FAPEMAT.

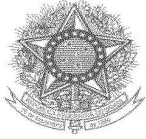
Para encaminhamento, passo a palavra ao Chefe da Casa Civil do Estado do Mato Grosso, representando o Governador Sival, José Lacerda.

**O SR. JOSÉ LACERDA** - Primeiro, eu quero agradecer à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural por esta oportunidade dada ao Estado de Mato Grosso e ao Governador Sival Barbosa, representado por mim. Quero ainda fazer uma solicitação ao Dr. Celso Lacerda em relação às ações que estão sendo ajuizadas através da autarquia INCRA e da União Federal, ações essas reivindicatórias e anulatórias de títulos emitidos pelo Estado.

Nós temos dois problemas graves em Mato Grosso, Presidente. Um deles é a faixa de fronteira, que atinge 11 Estados brasileiros. A tese é a venda a *non dominus*. Ocorre que há tratamento desigual, porque se a venda é a *non dominus*, independe de ela ser um hectare ou mil hectares. Uma parte está sendo ratificada pelo INCRA, mas a outra não é passível de ratificação. O tratamento é desigual.

Então, que essas ações anulatórias fossem suspensas. Porque são mais de 3.800 proprietários rurais de Mato Grosso que vão sofrer essa consequência. E existem mais de 60 ações anulatórias ajuizadas, ações que pegam todos os Estados da Amazônia Legal, ou seja, 11 Estados brasileiros. Este é um ponto.

Existe um acordo feito com o Desembargador Gercino, em 2005, de que dentro da área, do perímetro do Decreto nº 1.164, de 1971, que também atinge a Amazônia Legal e não atinge o resto do País — é outro tratamento desigual a Mato Grosso e aos Estados amazônicos —, que, na faixa de 100 quilômetros às margens das rodovias, são 200 quilômetros de largura. Que fossem suspensas essas ações reivindicatórias contra as famílias de possuidores, que



estão lá há 20, 30, 40 anos, com mais de 50% das suas áreas formadas há anos. Quer dizer, que fossem suspensas essas ações.

Existe um acordo, que eu passo às mãos de V.Exa. para que seja analisado, para se evitar problemas e conflitos regionais. Isso acaba criando uma animosidade regional.

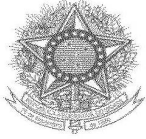
Quero fazer também uma sugestão. Acho que o modelo de desapropriação hoje está superado. Grande parte das terras do País estão à venda. O problema não é falta de terra para fazer assentamento. Que se estudasse uma metodologia nova de se promover a licitação de compra. E quem quiser vender, vai levar por um preço estabelecido. Acaba essa briga da avaliação, essas ações que estão demorando 10, 12, 15, 16 anos... Às vezes, entra-se numa imissão de posse, o cidadão transfere a propriedade e não recebe o valor da terra nua, porque vira uma disputa judicial longa, que cria uma insegurança jurídica no campo.

Temos que verificar também essa questão de devolver aos Municípios o fruto da arrecadação do ITR, porque é no Município que o Prefeito sofre as consequências. Toda a demanda está em cima dos Municípios, porque é lá que vive o cidadão, é lá que ele tem os problemas. E o Município tem a obrigação de atender à área de saúde e de educação. É claro que isso é competência também da União e dos Estados. Que aprofundássemos mais a parceria entre Estado, União e Município. Essa parceria é uma necessidade. Sem ela nós não vamos conseguir resolver o problema da reforma agrária, do pequeno produtor.

Nós temos 142.500 pequenas propriedades em Mato Grosso. Dessas propriedades, pelo menos 52% das que são ocupadas por pequenos produtores — tanto da propriedade mais tradicional como da proveniente dos assentamentos, seja do crédito fundiário, do INCRA ou do INTERMAT —, estão na linha da pobreza. Isso significa que existe aí algum erro, alguma divergência, algum problema.

Então, eu acho que há necessidade de os Poderes, em todas as escalas, Município, Estado e União, fazerem uma revisão para ver se é possível resolver esses problemas domésticos. Até porque o assentamento é





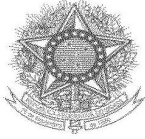
uma necessidade, e tem um custo baixo na geração de empregos para o País, bem mais barato do que outras formas de geração de emprego. Eu acredito que o Governo Federal tem essa responsabilidade com a reforma agrária e deve investir um valor maior, para resolver esses problemas.

Eu ouvi atentamente o Deputado Dr. Paulo César, quando colocou a questão do tratamento da Amazônia e do Rio Grande do Sul. São situações distintas, diferentes; culturas diferentes; métodos de desenvolvimento diferentes; infraestruturas diferenciadas; dificuldades de transporte diferentes. Só para se ter uma ideia, Dr. Celso Lacerda, de Cuiabá a Porto Alegre do Norte são 1.200 quilômetros. O custo-cidadão é diferente. Nós temos uma população pequena, um Estado grande, uma produção grande, mas somos exportadores de capital, porque vendemos os produtos ainda brutos e os compramos industrializados.

Então, há que se ter um tratamento diferente para os Estados amazônicos. Os Estados amazônicos precisam ter um tratamento diferenciado. Mas não na forma como se encontra hoje. Hoje nós estamos penalizados. Eu vou dar um exemplo de Mato Grosso, especificamente: nós estamos penalizados com a faixa de fronteira; com o Decreto nº 1.164; com a lei nova do georreferenciamento, extremamente importante, mas que criou também um problema. Qual problema? Os títulos emitidos pelo INCRA anteriormente à Lei nº 10.267 não podem ser registrados. Isso vale tanto para os títulos emitidos pelo Estado como para os emitidos pela União, porque tem que se fazer o georreferenciamento da área inteira. Só que aquele assentado, aquele pequeno produtor, que recebeu um título da regularização fundiária ou do assentamento, não tem mais competência para fazer medição da área inteira do INCRA ou do Estado.

Então, precisaríamos mexer na lei federal para ver como resolver esse problema. Porque são títulos emitidos antes da existência da lei. E ela não pode retroagir para prejudicar o produtor. E isso está acontecendo em todos os Estados, especialmente na Amazônia Legal.

Então, eu quero, como encaminhamento, Deputado Neri, passar essas posições. Desculpem-me por me ter alongado, mas é um momento tão



importante este em que a Comissão da Câmara dos Deputados nos concede esta oportunidade. Às vezes, quem está aqui, em Brasília, como os Deputados Federais de todos os Estados da Federação, não sabe o sofrimento de quem vive no interior do Brasil, como nós, nos Estados mais periféricos dos Países, que têm uma economia menor, uma renda menor. O nosso sofrimento é bem maior.

Então, eu quero, Deputado Neri, agradecer esta oportunidade, parabenizar todos os Deputados por nos terem concedido esta oportunidade e este apoio e colocar o Estado de Mato Grosso, através do nosso Departamento de Terra, à disposição, para aprofundar essa parceria.

Gostaria de receber uma visita do Presidente do INCRA em Mato Grosso para uma reunião de trabalho com o Governador, na qual sejam levantados todos os problemas e identificados os trabalhos, Deputado Reinhold, porque isso é muito importante para o nosso Estado.

E gostaríamos de contar, como estamos contando, com o apoio da Câmara dos Deputados e também do Senado da República.

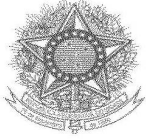
Lá no nosso Mato Grosso colocamo-nos à disposição e pedimos a Deus que ilumine cada um dos senhores e das senhoras que participam deste ato público de relevante importância para o País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Obrigado, Secretário Lacerda. V.Exa. não se alongou; V.Exa. contribuiu.

Queremos passar a palavra, para encaminhamento, para a Shirley.

**A SRA. SHIRLEY ANNY ABREU DO NASCIMENTO** - Primeiro, eu queria assumir um compromisso com os senhores. Nós temos georreferenciamento, no próximo registro, para 6 milhões de hectares, o que vai beneficiar na área urbana 9 mil ocupações. Na área urbana, nós avançamos muito: nós temos cerca de 400 áreas urbanas a serem doadas. Até este momento, nós já doamos 56; até junho vamos chegar a 70 e até o final do ano vamos ultrapassar as 200 áreas urbanas doadas aos Municípios. No Estado do Mato Grosso, como há muita área urbana dentro de assentamento, eu assumo o compromisso de fazer um estudo com o nosso Superintendente



Nacional para abrimos uma licitação para as áreas urbanas que estão fora do nosso registro do pregão E.

Então, este é um compromisso que a gente assume, eu e o Superintendente Nacional: fazer um estudo para trabalhar isso.

A outra questão é que eu quero registrar o apoio que o Terra Legal tem tido da Superintendência do INCRA do Mato Grosso e a parceria importantíssima — até porque a gente não separa o Terra Legal do INCRA — que temos com o INCRA nacional. Inclusive nos Estados a gente tem feito perímetros de assentamentos, tem feito vários trabalhos, tem feito levantamento ocupacional junto com o INCRA, inclusive levantamento ocupacional dentro de assentamento. A gente fez isso em Machadinho e está fazendo em Apuí.

Eu quero, inclusive, por conta da fala do nosso Presidente e do compromisso que a Presidenta Dilma tem, de trabalhar essa questão dos assentamentos antigos, dar o exemplo de Apuí, um assentamento no sul do Amazonas, minha terra. No final dos anos 70, foram trazidos do Paraná e do Rio Grande do Sul cerca de 3 mil famílias para uma região de florestas, indo pela BR-163, vindo pelo Pará. Esse assentamento, portanto, tem 30 anos. Fizemos um levantamento ocupacional dentro do assentamento de Apuí e podemos dizer que é uma vitória para a reforma agrária, porque as pessoas dentro desse assentamento têm uma situação financeira muito boa. Elas progrediram.

Dentro desse assentamento, nosso levantamento ocupacional diz o seguinte — e isso é uma vitória para a reforma agrária: 98% do assentamento é de propriedades de até quatro módulos fiscais. A grande maioria, na verdade, não passa de 2,5 módulos fiscais. No caso de Apuí, esse módulo é de 250 hectares. Talvez 2% seja o que a gente acabou de ver no vídeo: um cidadão comprou 50 lotes lá dentro, ou seja, um cidadão tem mais de 20 mil hectares dentro de um assentamento. Como a gente viu também, lá em Mato Grosso, um cidadão que tem 14 mil hectares dentro de um assentamento.

Ora, nosso trabalho é, sim, separar o joio do trigo. Então, nós estamos fazendo isso. O INCRA está fazendo isso em parceria. Nós temos que separar



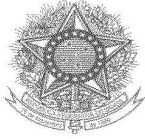
aquele que chegou lá de boa-fé, para trabalhar e quer produzir, daquele que foi para o assentamento, entrou na área do assentamento, e está, sim, acumulando área para a especulação. Esse não é agricultor, não é agricultor familiar, que é o público principal do INCRA. Essa é a primeira fala.

A segunda: eu acho que o melhor trabalho que a gente pode fazer, Presidente Celso, é exatamente a parceria do Governo do Estado, do Governo Federal, dos Municípios, da Câmara dos Deputados. É o que a gente tem feito no Terra Legal. Foi por isso que eu disse no início que só de convênios feitos com o Terra Legal nos Estados a gente tem cerca de 70 milhões. E vamos chegar, antes do final do ano, a 110 milhões. Por quê? Porque enquanto o Governo Federal tem hoje 55 a 58 milhões de hectares para fazer destinação, os Estados têm muito mais. Só o meu Estado, por exemplo, o Amazonas, tem mais de 45 milhões de hectares. Juntando todos os Estados da Amazônia Legal, são mais de 100 milhões de hectares para fazer a destinação.

E os Estados não têm condições de fazer a regularização fundiária, se não for com a parceria e com a experiência do Governo Federal, através do INCRA. Tanto que, hoje, os convênios que nós estamos fazendo em áreas de glebas federais que foram doadas ao Governo do Estado — a exemplo do Mato Grosso, onde temos parceria inclusive nessas glebas que lhe foram doadas por convênio; a exemplo de Roraima, onde enquanto não fomos lá e fizemos um convênio com o Estado, não conseguimos sair do outro lado com as glebas que havíamos doado para o Estado...

Então, passar para os Estados um problema que hoje é do Governo Federal, que hoje é do INCRA, não resolve. Nós só vamos resolver se juntarmos as três forças: Municípios, Governo do Estado e Governo Federal. É só dessa maneira. Passar o problema para outro ente não vai resolver. Essa é a experiência que nós temos nessa questão fundiária.

Então, quero reiterar mais uma vez que nós não somos só parceiros; somos irmãos; estamos ligados ao INCRA. E quanto à questão da regularização fundiária e do levantamento ocupacional, nós temos hoje licitação feita para praticamente 98% da Amazônia, não é, Raimundo Sepêda, nosso Superintendente? Com o último pregão, praticamente 98% das glebas



federais na Amazônia já estão em licitação para fazer georreferenciamento. Portanto, o INCRA está apto a fazer georreferenciamento onde for necessário. Nós somos parceiros e estamos aí para contribuir com os senhores.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Obrigado, Dra. Shirley.

Eu gostaria só de registrar a presença do Gerson, filho do primeiro Prefeito de Lucas do Rio Verde e do ex-Presidente da Câmara daquele Município, Chico Martinello.

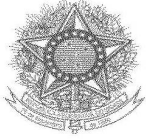
Passamos a palavra ao Presidente do INCRA.

**O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA** - Primeiro, obrigado, Deputado.

Eu quero, de antemão, agradecer à Câmara o convite, aos Deputados que fizeram o requerimento, porque a discussão feita aqui hoje — da qual, infelizmente acompanhei só uma parte, mas deduzo o resto da discussão, até porque já assisti ao vídeo que passou aqui — demonstra exatamente a situação de dificuldade da questão agrária no Brasil, e que isso, obviamente, não é um problema, uma culpa do INCRA.

A questão agrária, fundiária, no País é uma situação delicada, que vem se avolumando, de séculos de decisões. Dou como exemplo a legislação de ratificação de título em faixas de fronteira, que veio para corrigir um problema de titulações ilegais que aconteceram na faixa de fronteira — e nós precisamos avançar nisso, para podemos proporcionar segurança —, e que veio de sucessivas faixas de fronteira: começou com 66 quilômetros e terminou agora, na última Constituição, nos 150 quilômetros. Então, é uma questão histórica e crônica.

Mas eu, até pessoalmente, muito sinceramente, quero dizer a vocês que estou no INCRA há mais de 8 anos e aceitei ser Presidente do INCRA não pela envergadura do *status* do cargo, muito menos pelo salário e muito menos por trabalhar com mais de 4 bilhões de reais; é porque eu acredito, efetivamente, na política. De um ponto de vista muito pragmático e até com um tom sonhador, a gente acredita que é uma política extraordinária, que dá um reflexo muito grande com o pouco que se faz. Quer dizer, cada assinatura de um



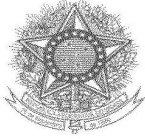
superintendente para liberar um crédito de habitação significa muito na vida de uma família inteira.

Além disso, reforma agrária não é para deixar ninguém rico. O público com quem nós trabalhamos é um público de miseráveis. É um público que está na pobreza extrema. A gente só consegue atender famílias de acampados. Quer dizer, quem dera a gente conseguisse efetivamente chegar naqueles sem-terra que não se submetem ao acampamento, que têm uma qualidade de vida um pouco melhor! Mas, infelizmente, pelas condições que se tem, desde condições orçamentárias até legislação que torna o processo moroso, a gente não consegue dar conta de responder à demanda.

Quero deixar claro que essa situação se deve a séculos de exclusão dessa população pobre. Quer dizer, foi um êxodo rural que aconteceu não por vontade própria, mas por exclusão de um desenvolvimento econômico. E isso se deu porque os pequenos não se viabilizavam economicamente, e não se viabilizam até hoje.

Então eu, muito claramente, até como engenheiro agrônomo com 25 anos de carreira — já trabalhei por 10 anos num complexo de cooperativas da Batavo, no Paraná, e conheço muito bem da produção agropecuária... Quer dizer, a gente não pode fazer reforma agrária distribuindo um lotezinho e achar que o cara vai plantar soja e vai se viabilizar. Ele não vai! Não vai!. Então, ou se tem, efetivamente, políticas consistentes para viabilizar esse pequeno, ou a gente estará levando inviabilidade econômica que faz com que o agricultor, o cidadão, cometa o mesmo erro que o levou, às vezes, a ser um sem-terra. E quem é o nosso sem-terra? Ou é o filho de um pequeno agricultor, ou é um arrendatário, um meeiro, ou já foi um produtor que faliu porque era pequeno e queria continuar produzindo *commodities*, e ele não tem escala para poder se viabilizar.

Então, nós temos a grande preocupação de discutir desenvolvimento regional. E temos exemplos extraordinários. Temos exemplos no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo, no Mato Grosso, que dão resultado!



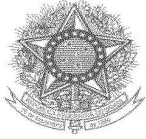
Inclusive daqui a uns 2 meses nós vamos divulgar uma pesquisa que conduzimos no INCRA, no ano passado. Uma pesquisa que foi metodologicamente coordenada por uma universidade federal, feita em quase dois mil assentamentos dos oito mil, cento e poucos que nós temos. E eu já posso adiantar a vocês algumas coisas interessantes.

Por exemplo: na pesquisa de opinião, em que o assentado respondeu ao pesquisador se a vida dele melhorou ou não depois que ele virou assentado, quase 90% disseram que melhorou. Mas é lógico que um pouco mais de 10% disseram que ficou igual ou piorou. E vou além: das 924 mil famílias que temos hoje assentadas há 147 mil na pobreza extrema. Poderia ser um número alarmante, preocupante, mas não é. É um número animador porque esses 147 mil estão nos novos assentamentos, o que significa que, quando a política do INCRA chega, por mais tardiamente que chegue, ela tira esse cidadão da pobreza extrema. Então, eu, pessoalmente, não tenho dúvidas de que é uma política extraordinária.

O que eu vejo de problema nessa política? É o grau de ideologização que existe na discussão da reforma agrária no Brasil, que se reflete nesta Casa. Quer dizer, as falas aqui demonstram isso. Até me desculpem um pouco a franqueza, mas é isso o que nós avaliamos. Quer dizer, quem dera... Reforma agrária não é uma política como educação, saúde, infraestrutura, que ela tem que ser permanente: reforma agrária tem que ter começo, meio e fim. No Brasil, não sabemos quando é que vai ser o fim. Mas ela tem que ter um fim, porque se conseguíssemos fazê-la massivamente, de uma só vez, já a teríamos terminado faz tempo; não precisaria haver essa briga eterna, com conflito agrário, gerando mortes, gerando insegurança para o produtor, gerando desespero maior ainda para um coitado, pequeno, que está num acampamento.

Mas isso são nuances desse processo. Um dia, poderemos discutir o que fazer, todos, para haver massividade nesse processo e ele ganhar velocidade.

Mas, para sermos pragmáticos, a gente tem plena consciência dos problemas a enfrentar no INCRA. Não dá para o INCRA ter hoje, com a



estrutura que tem, 924 mil famílias sob sua tutela. É um público muito grande, num País continental. Então, nós temos, sim, que trabalhar com a emancipação dos assentamentos. Essa decisão não é minha; é uma decisão do Ministro Afonso e da Presidenta Dilma. Nós vamos fazer isso. E, obviamente, são os assentamentos mais antigos; são assentamentos desconfigurados, que, inclusive, nunca tiveram a configuração de assentamento, como eu vejo que são os casos desses que estão sendo pautados aqui. Esses assentamentos, pela informação que a gente tem, nunca tiveram a feição de um assentamento. Então, não podem continuar como assentamento! Nós vamos criar mecanismos para resolver esse problema. É lógico que é em conjunto; não dá para o INCRA assumir isso sozinho, porque ele não consegue. Nós temos que fazer isso com o Terra Legal, com o Governo do Estado, no mínimo e, talvez, envolvendo outros parceiros.

Então, não cobrem de mim uma solução unilateral; nós vamos construí-la em conjunto.

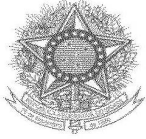
O primeiro encaminhamento já foi dado, e o Deputado Neri o presenciou: vamos, sim, fazer uma agenda com o Governador. Na hora em que a situação política do INCRA estiver definida, nós vamos lá, fazer uma reunião de trabalho, e, olhando a legislação, discutir o que podemos melhorar no INCRA, no nosso normativo; fazer um bom diagnóstico e desencadear um trabalho para resolver o problema dessa região do Mato Grosso, sem nenhuma dúvida.

Mas temos outros problemas, desafios que, acredito, são maiores.

Primeiro: a gente desenvolver de fato esses acampamentos levando em conta modelos de desenvolvimento já existentes em algumas regiões. Nós temos a região de produção de arroz, no Rio Grande do Sul, cujos assentamentos são um sucesso! Temos também a região noroeste do Estado de Santa Catarina, um sucesso absoluto. Temos a região central do Paraná, noroeste do Paraná, outros exemplos.

Não há ninguém rico lá, nenhum assentado rico, mas, nos assentamentos, quem tem menos tem uma moto! E muitos têm carro, casa boa, eletrodomésticos; os filhos vão à escola. Esse é o resultado ideal da reforma agrária, e vamos persegui-lo, sem nenhuma dúvida.





Nós precisamos resolver a questão das certificações. E já temos propostas e encaminhamento; discutimos, esses dias, numa audiência no Senado, proposta para resolvermos o problema das certificações que estão acumuladas no INCRA. A gente sabe que tem atrapalhado os produtores, mas a médio prazo, vamos resolver isso. Já buscamos parceria com o Exército, para resolvermos o passivo que há, e estamos trabalhando para informatizar o processo — já temos um programa que está em teste.

Vou encerrar. Não posso me alongar muito, mas gosto muito dessa discussão. A gente pode detalhar, e ela é acalorada. Mas nós temos um compromisso com o Brasil, com o produtor rural, seja ele pequeno, seja médio, seja grande. Nós queremos que o País produza com respeito ao meio ambiente, mas que também produza alimento saudável. Esse é o compromisso do INCRA. Eu acredito que há terra para todo mundo. Para todo agricultor tem terra. O País está crescendo.

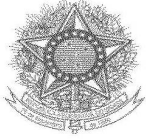
O número de acampamentos no Brasil vem caindo drasticamente. Nós temos uma perspectiva futura de reduzir quase a zero os conflitos no campo com ações globais de desenvolvimento do País, desenvolvimento econômico, geração de emprego e, obviamente, desenvolvimento da agricultura, enquadrando os pequenos agricultores num modelo de viabilidade com políticas de proteção.

O ex-Ministro Reinhold sabe muito bem o que significa para a agricultura um seguro agrícola e um programa de aquisição de alimentos.

Por isso eu digo que não era apenas um problema do INCRA, mas um problema do INCRA, da CONAB, do Ministério de Desenvolvimento Social. É um problema do conjunto. Concordo quando se diz que a gente tem que distribuir essas ações com os Governos estaduais e municipais.

Se deixarmos um pouco de lado a extrema ideologia e partirmos mais para o pragmatismo, conseguiremos avançar muito no sentido de promover o progresso de regiões como Mato Grosso, Estado que terá prioridade neste Governo para resolvermos esses problemas.

Nós estamos plenamente à disposição.



As questões colocadas pelo Secretário da Casa Civil, eu não as conheço a fundo, mas já anotei aqui e vou tratar disso. Longe de querer causar turbulência, queremos levar paz. Obviamente eu não conheço o mérito dessas questões. Precisamos olhar o que está levando a isso e olhar também para a legislação, porque temos leis que precisam ser cumpridas. Mas olharemos com carinho. Vou conversar com Dr. Gercino, o Ouvidor Agrário, do MDA, para tentarmos resolver essas questões.

No mais, estamos ainda num momento inicial infelizmente. Já estamos em maio, mas o INCRA ainda está no seu momento inicial. Em pouco tempo, sem dúvida alguma, ganharemos velocidade nas nossas ações. E em parceria, o INCRA — óbvio que junto ao MDA, com as estruturas do MDA, uma determinação do Ministro Afonso — com outros órgãos do Executivo, governos estaduais e, em muitos casos, governos municipais vamos avançar muito no sentido de resolver problemas dos assentamentos, da regularização fundiária do País, reduzindo conflitos e dando segurança jurídica.

Eu agradeço ao Deputado Neri, que está na coordenação, e agradeço a todos os Deputados.

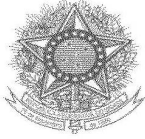
O INCRA está sempre aberto.

Quando concluirmos nossos planos, vamos disponibilizá-los para vocês.

Nós estamos concluindo a pesquisa que citei ainda há pouco e, talvez dentro de algumas semanas, um mês ou um pouco mais, nós daremos publicidade a ela. De fato, teremos um diagnóstico importante nessa pesquisa, para inclusive direcionar nossas ações. E nós já a estamos usando para direcionar nossas ações.

Está muito claro: o desenvolvimento dos assentamentos no País reflete um pouco o desenvolvimento regional. Os nosso assentamentos mais pobres estão no Nordeste, justamente no semiárido nordestino. Obviamente, o INCRA será usado para alavancar o desenvolvimento nessa região, como já aconteceu em outras regiões.

Portanto reitero meu agradecimento e coloco o INCRA sempre à disposição dos senhores para voltarmos a esta Casa para qualquer tipo de discussão.



Obrigado, Presidente.

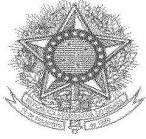
**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Passo a palavra ao ex-Ministro, Deputado Federal Reinhold Stephanes.

**O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES** - Caro Presidente, eu não ia usar a palavra até por um pouco de descrença nesse tipo de reunião, embora todos a tenham elogiado. A primeira vez que fui Relator de um projeto de avaliação de reforma agrária foi há 30 anos, e nós discutimos, em outra dimensão, mais ou menos a mesma coisa. Eu sei que de lá para cá muita coisa aconteceu. Evidentemente os problemas aumentaram, e até existe uma certa razão para isso.

Mas eu fui citado várias vezes. O próprio Geller me fez sinal: "*Fale alguma coisa*". Eu diria até que o que me influenciou a falar foram as palavras do Presidente do INCRA. Quero abrir um parêntese para dizer que gostei muito das colocações do Celso Lisboa. Apesar de que, em termos de teoria gerencial, eu sempre digo que nós temos que tentar ver se conseguimos tornar nossas palavras efetivas, tornar os nossos conceitos efetivos, porque há uma diferença entre o que eu desejo fazer, eu internalizar isso dentro da minha organização, e isso efetivamente acontecer. Então, se o Presidente do INCRA consegue acreditar no que falou e consegue transformar suas palavras em ações e fazer com que sua organização caminhe na direção proposta, eu até tenho que cumprimentá-lo. E espero fazê-lo daqui 3 ou 4 anos. Mas ele me motivou a falar um pouco.

Eu gostaria também de dizer, Sr. Presidente do INCRA — e provavelmente você ainda nem tinha nascido, e isso não é nenhum demérito, ao contrário, é um mérito ser jovem ainda —, que um dia, quando fui chamado, me disseram: "*Nós temos duas organizações, o INDA e o IBRA*", e por um decreto o Presidente me nomeou para que eu fizesse a fusão dos dois órgãos e criasse o INCRA.

Eu tenho uma forma muito simples de ver as coisas, e é provável que se tenha ali o mais curto decreto-lei da história do Brasil. Se o senhor vir o ato que criou o INCRA, encontrará ali dois artigos. Dois. Porque eu costumo ver as coisas com uma certa simplicidade. Então, o que o Governo me pediu? Que eu



fundisse o INDA e o IBRA e criasse um novo órgão de reforma e colonização agrária. Depois eu fiz o decreto, redigi o decreto inteiro e passei 3 anos para implantar o INCRA, exercendo, simultaneamente, um cargo no Ministério da Agricultura.

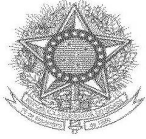
Estou dizendo isso, porque eu conheço sua história na origem e costumo ver as coisas com certa simplicidade. E o que efetivamente vejo é que complicam as coisas. Por exemplo, não consigo entender que seja preciso rever os atos que regularizaram as terras de faixas de fronteira do Estado do Paraná. Eu não vejo por quê. Por que complicaram isso? É tão simples. Essas terras foram vendidas há mais de cem anos, há uma sucessão, as pessoas estão lá trabalhando, não há nenhuma discussão em relação a isso, não há absolutamente nada.

Há mais de trinta anos foi criado o INCRA. Eu era Secretário da Agricultura. Convidaram-me para ser Secretário da Agricultura, e eu, mesmo sem querer, assumi o cargo. Eu consegui a delegação. Fizemos. Hoje, eu não entendo como...

Hoje conversei com o Superintendente do INCRA por telefone sobre um outro assunto por coincidência, e ele me disse que vão fazer a regularização das faixas de fronteira. Eu não entendi. Juro que não entendi.

Eu acho, Presidente do INCRA... Vi que suas palavras foram muitas ponderadas, muito tranquilo. Mas muita coisa tem que ser refeita, muitos atos têm que ser revogados, têm que ser alterados. Nós temos que tornar as coisas um pouco mais simples. Nós complicamos muito. Então a primeira coisa é essa. Efetivamente não tenho dúvida quanto ao que estou falando neste momento. É uma grande responsabilidade. Não adianta dizer que os atos se tornaram muito complexos, como alguém disse aqui.

O interessante é que as pessoas não dimensionam e não leem. Por exemplo, eu ouvi alguns colegas falarem várias vezes sobre o código ambiental. Mas pouca gente sabe que hoje nós temos 16 mil atos tratando desse assunto. Isso é uma loucura absoluta. Quem criou esses atos? Não fomos nós Deputados. Não fomos.



Quer dizer, tem uma máquina que cria atos. Essa mesma máquina tem que desfazer os atos. E essa máquina chama-se Poder Executivo. Chama-se Poder Executivo Federal.

Eu fui Secretário de Fazenda de Município, fui Secretário de Fazenda de Estado e fui Ministro, na área federal — ou seja, conheço as três esferas — e posso dizer, com toda a tranquilidade: o grande problema neste País chama-se União, não se chama Estado e não se chama Município. É dali que surgem os atos e dali também terá que surgir a simplificação dos atos. Não somos nós... Eu não tenho a menor capacidade hoje de propor a simplificação de um ato, não tenho inteligência técnica e nem equipe técnica para isso. Agora, o INCRA, se eventualmente não a tiver — deveria ter —, tem que contratá-la. E tem que fazê-lo no sentido de simplificar e até de ver o que ele pode passar para o Estado fazer — vamos confiar mais nos Estados —, ou, até o que o Município pode eventualmente fazer.

Eu diria, quando se fala que precisamos integrar União, Estados e Municípios, que essa é uma frase maravilhosa. Só que nunca acontece, porque há órgãos que detêm efetivamente o poder e as decisões. Esses órgãos é que têm que tomar as iniciativas e ver a racionalidade desses atos, no sentido de saberem o que devem delegar, como devem delegar, e assim por diante.

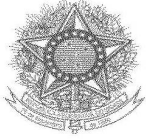
Eu sei que hoje a questão é grande demais. São 9 mil assentados, mais ou menos?

**(Não identificado)** - São 8.100 assentamentos.

**O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES** - Perdão. São 8.100 assentamentos e quase 1 milhão de assentados. Eu sei que, efetivamente, isso é grande demais!

É claro que, no meio desse caminho, cometeram-se ene erros. E não adianta comentar agora os erros cometidos. Os erros foram reconhecidos pelo próprio Presidente do INCRA.

Eu, de qualquer forma, tenho que ser muito prático hoje em como sair disso. Eu ainda enxergo uma discussão ideológica muito pesada em cima disso. Ouvi aqui alguns pronunciamentos. O próprio Presidente do INCRA falou nisso.



Essa questão é pragmática. Para mim não tem a ver em nada com ideologia e discussão, assim como acho absolutamente desnecessária a discussão da diferença entre o pequeno proprietário e o pequeno proprietário de economia familiar.

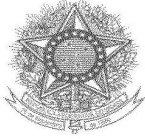
Eu costumo dizer que, embora não pareça, nasci na enxada, literalmente na enxada. Nas nossas terras, porque nós éramos filhos de colonos — era assim que se chamava —, aos 8, 9 anos estávamos na enxada. Então, eu sei, porque todos os meus antepassados foram de lá. E, apesar de todas as funções e os cargos que ocupei na área agrícola, não consigo diferenciar a pequena propriedade do Paraná do que se chama de propriedade de economia familiar. Desculpem, mas não consigo — talvez seja uma incompetência minha. Mas nós ainda discutimos essas questões.

Eu acho que existe a pequena propriedade e existe aquilo que o Presidente do INCRA falou: existe o pequeno, o médio e o grande produtor, e todos são importantes. Só que, é claro, temos que proteger quem mais precisa, temos que dar condições a quem mais precisa. Isto é evidente.

Eu apenas gostaria de deixar esta mensagem: primeiro, nós temos que simplificar algumas coisas, e a iniciativa tem que ser do INCRA ou do Ministério — a Sra. Shirley aqui representa essa necessidade de simplificação. Segundo, as grandes iniciativas têm que ser federais, porque é o federal que concentra efetivamente os poderes. Ele é que tem que delegar os poderes e criar a forma de harmonizar isso ao longo do sistema. E isso, eu diria, tem sido extremamente difícil.

Para concluir, gostaria de dizer o seguinte: eu, em 30 anos, voltei duas vezes à minha ex-casa, o INCRA. Até fui eu que aluguei o prédio e instalei o INCRA lá. Voltei só duas vezes lá, para pedir exatamente a mesma coisa: água para um assentamento. Nas duas vezes, o Presidente do INCRA me atendeu com a maior das gentilezas. E foi com diferença de 2 anos! Eu sempre espero um tempo, para dar tempo.

Hoje, já estou querendo pedir a terceira audiência, para o mesmo assunto. Embora sempre me seja prometido: *“Mas é evidente! É lógico! Vamos fazer!”*, mas não acontece absolutamente nada. *(Palmas.)*



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Obrigado, Ministro.

Passo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do INCRA, senhores palestrantes:

Primeiro, desculpem-me, porque não pude acompanhar esse processo. Nós estamos frente a uma grande luta pelo Código Florestal. Não é coisa pequena e nos toma um tempo danado. Estamos com a pauta parada para ver se achamos uma saída para um grande desafio desta Casa, que é resolver, por lei — estava falando ao Ministro Stephanes —, e não por instrução normativa, por decreto, por portarias ou outras coisas tantas que se praticam no País, que têm mais força do que uma lei do Congresso Nacional, e, talvez, mais força do que a Constituição brasileira. Então, acho que invertamos as ordens aí.

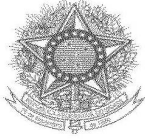
Eu queria fazer um pedido também, na linha do Ministro Stephanes: que o Presidente, cada vez que estiver para sair algum ato do INCRA, pesasse o efeito dominó. Isso acontece num Brasil continental, de 850 milhões de hectares, com diferenças imensas!

Nós temos que ter mais cuidado com os atos que saem de Brasília. O pessoal briga conosco, aqui na Casa, porque é demorada a legislação, a votação de um projeto. É uma discussão interna. O pessoal lá de fora talvez não entenda esse processo.

Nós estamos há 3 anos discutindo o código ambiental, que agora virou Código Florestal — só floresta — e não conseguimos chegar a um ponto, embora, todo esse tempo, como disse o Ministro Stephanes, 16 mil atos tenham sido emitidos para tratar da questão ambiental. Dezesesseis mil atos! A cada dia tem uns quantos mais. Aumenta a toda hora!

Nós precisamos resolver essa questão ambiental. É claro que temos que fazer isso. E vamos chegar a um ponto. Eu acho que o Governo tem que ter cuidado nisso e resolver.

Sr. Presidente do INCRA, a outra questão que nós temos que enfrentar nesta Casa é a questão fundiária. Nós temos que resolver essa questão



fundiária, o direito de propriedade, a segurança jurídica. Mas como vamos resolver isso? Ou acaso o mundo não passou por isso?

Nós estamos em um país jovem, temos que passar por isso. Nós temos que resolver essa questão, para que o proprietário de um pedaço de terra saiba que ele é dono, ou, quando não é o dono, quem é o dono.

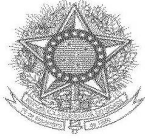
Criaram aí um tal de direito difuso. Ninguém mais sabe quem é ou não é o dono da casa. É função social da terra, é questão ambiental, é não sei o quê e ninguém mais sabe se é ou não dono da propriedade.

Então, no próximo desafio, Presidente, com certeza, o INCRA tem papel fundamental. Eu posso falar do INCRA porque fui Superintendente do INCRA em Santa Catarina. Fiz muitos assentamentos em cima dessa questão. Nós temos os mesmos problemas. Vinte e cinco anos atrás, fui superintendente do INCRA e não vi mudar nada.

Agora nesta semana (sábado) estive no assentamento Santa Rosa, em Abelardo Lúcio, uma cidade de Santa Catarina. Fui eu que fiz o assentamento, na época do Sarney. O pessoal estava acampado numa ponte. Queriam derrubar a ponte. Nós assentamos o pessoal, que estava embaixo de um pinhal imenso. Eu cheguei lá e disse: *“O que vocês estão fazendo aqui?”*. *“Ah, nós vamos criar pássaros, bichos e plantar árvores nativas”*. Disse: *“Não vai ter mais nada daqui a pouco.”*. *“Não, vamos preservar os pinheiros.”* Não tem mais um pinheiro nem para comer um pinhão. Agora o INCRA está sendo processado, da minha época! O pessoal está me cobrando inclusive a madeira que foi embora. Sabe que deve haver vários processos em cima disso. Estão cobrando a madeira do INCRA, porque a terra foi desapropriada, mas não foi paga a madeira. E a gente falava: *“Vai dar problema!”*. Está lá hoje um negócio imenso: 250 milhões para indenizar aquelas áreas. Então, nós temos que resolver isso, com certeza, Presidente — eu não acompanhei o seu depoimento, mas eu queria colocar pontualmente essa questão. Nós temos que resolver a questão fundiária, com certeza. Não há outra saída.

E queria pedir, pelo amor de Deus, que o senhor resolvesse, buscasse uma saída para a regularização fundiária das fronteiras. Eu moro em Santa Catarina, perto da fronteira com a Argentina. Nós temos lá 150 quilômetros de





fronteira. O pessoal está sem escritura. Na minha época, nós regularizamos essas áreas. O INCRA disse que o Estado não tinha competência para dar o título. Ele regularizou, retitulou pelo INCRA e deu TDA. Muita gente ficou rica com isso! Ele retitulou para o mesmo dono. Aqueles que ficaram para trás até hoje estão lá brigando para terem reconhecida sua terra, porque eles plantam lá há 100, 200 anos.

Então, nós temos que resolver isso. Não é possível que o Brasil continue...

Eu não vejo qualquer problema se alguém criou isso porque tinha de ter segurança. Segurança é o brasileiro estar plantando, produzindo na fronteira. Não é pôr polícia, ou o Exército para segurar isso. Não. O brasileiro tem de estar lá. Acho um ponto importante que temos de trabalhar.

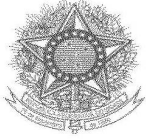
Gostaria que o senhor trabalhasse também nessa questão da alternativa dos assentamentos.

Vou dar um exemplo, que o senhor conhece: em Santa Catarina há hoje cerca de 5.500 assentados pelo crédito fundiário. Há mais assentados pelo crédito fundiário do que pela reforma agrária. Na história de Santa Catarina há em torno de 5.500 assentados pelo crédito fundiário e em torno de 5 mil pela reforma agrária. Só que aqueles que foram assentados pelo crédito fundiário, para fazer isso recebem o valor de 40 mil reais. São filhos de agricultores que querem ficar lá. Pela informação que tenho, não sei os custos ainda, um assentado custa 150 mil reais.

Então, há outras maneiras de trabalhar a questão do assentamento das pessoas. É claro que nós sofremos isso em Santa Catarina. Quando se observa que um assentamento está ali... O INCRA ajuda, sim, a fazer estrada, ajuda a fazer casa, ajuda na energia, ajuda na água, ajuda a fazer escola. E aquele outro agricultor que está do lado, que é um agricultor tradicional, não tem nada e diz: *“Mas e eu aqui, que sempre estive na tradição lá, o que eu faço desse processo?”*

Então, criou-se até um conflito de vizinhos.

Nesse final de semana, eu estive lá com os agricultores tradicionais, os não assentados e os assentados. Quem veio me procurar? Os assentados.



Fizeram um grupo, reuniram-se comigo e me disseram: *“Deputado, por favor, vá no INCRA e peça para o pessoal regularizar, titular as nossas terras, porque nós não queremos mais ficar dependendo do INCRA, disso, daquilo. Nós queremos tocar nossa vida e nós estamos aqui assentados.”*

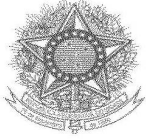
Agora, há uma coisa que nós temos de resolver, Presidente: reconhecer aqueles que estão trabalhando, produzindo. Porque não estão lá nem 10% daqueles que eu assentei em 1985. Mudou de dono, mudaram os posseiro, ou assentados. Nós temos de reconhecer esse pessoal que foi lá para trabalhar, para produzir, que estão produzindo.

O senhor falou sobre a questão da ideologia, da ideologização. Eu acho que sim. Por favor, Presidente, quando colocarem um superintendente, que se coloque por mérito, por questão de qualificação técnica e não porque um dia ele foi membro do MST. Caso contrário, não vamos conseguir avançar em nada, porque a ideologia é uma coisa burra e é preconceituosa. *“Olha, se você pensa como eu, você está comigo; se não, você é meu inimigo”*. Ora, Não avança anda, não se consegue negociar nada.

Então, esse é um ponto importante que temos de resolver, porque as pessoas dizem: *“Eu que mando, eu é que faço, eu penso assim”*. Os tais antropólogos vão lá, fazem aqueles relatórios malucos, que não têm nada a ver com a realidade, e acabam prevalecendo aquelas decisões do INCRA, do Ministro etc.

Eu conheço um pouco da sua história e acredito que o senhor vai trabalhar tecnicamente. Eu acho que é isso que temos de fazer: buscar soluções.

Nessa listagem, não estou indicando ninguém. Até poderia, na qualidade de político, indicar alguém lá em Santa Catarina. Mas eu sei que em Santa Catarina — outros Estados também — precisam mudar o superintendente, porque realmente não está dando certo. O senhor conhece a história muito mais do que eu. Então é preciso haver uma mudança no INCRA de Santa Catarina. Realmente, a condução não está sendo correta. Não precisam falar comigo. Falem com os funcionários do INCRA para saber como está a condução de Santa Catarina. Não é só de Mato Grosso, aqui, onde o Neri está



fazendo esta audiência pública. Tem de dar uma olhada nisso, porque não adianta o senhor dar uma ordem e o cara dizer: *“Não, mas eu não vou obedecer, porque eu não penso assim. Eu vou fazer de acordo com o meu jeito”*.

Eu acho que esse é um dos grandes problemas que estamos enfrentando.

Eu fico intrigado com os números do INCRA. O Brasil tem em torno de 5,5 milhões de famílias. Tudo o que nós plantamos, só agricultura, chega a 60 milhões de hectares. Há também a pecuária. Eu vi uma estatística do INCRA — não sei se mudou ou não, depois eu até gostaria de ter esses números — segundo a qual nós temos 80 milhões de hectares de terras desapropriadas com novecentas e poucas mil famílias. Então, há alguma coisa errada aí, porque a média das áreas no Brasil — nós temos estatísticas — é de 68 hectares. Se você pegar 80 milhões de hectares por 1 milhão de hectares vai ver que são 80 hectares por família na média. E a média do Brasil é de 68 hectares. Há alguma errada.

Por isso que eu digo que o problema não é terra. O problema, na verdade, é administrar quem quer terra para trabalhar. Nós temos de buscar exatamente aquele cadastro da reforma agrária para os sem-terra. Eu quero saber.

Só para dar um exemplo: quando eu estive no INCRA, falava-se que havia 40 mil sem-terra em Santa Catarina. Eu baixei lá um ato — também gostei de baixar um ato quando era do Executivo — pedindo ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais para, em 90 dias, fazer o cadastro dos sem-terra por Município. E disse que onde não houvesse demanda, eu consideraria que naquele Município não havia sem-terra. Sr. Presidente, sabe quantos trabalhadores se cadastraram como sem-terra no Sindicato dos Trabalhadores Rurais? Seis mil, dos 40 mil que diziam não ter. Estavam bem loucos, procurando terra e não tinha, daí apareceram 6 mil.

Eu acho importante, inclusive, usar esse cadastro, porque isso, para algumas pessoas, virou uma indústria. Eu entro num assentamento, vou para



outro, vou para outro, vou para outro. Acho que esse cadastro seria bom para o Brasil, porque é dinheiro público que estamos aplicando nessa área.

Vou parar por aqui.

Obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

**O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA** - Só um esclarecimento bem rapidamente, Deputado, para ficar claro, porque já esgotou o tempo.

Os números hoje são esses: 85,5 milhões de hectares incorporados no Programa de Reforma Agrária. Mas o grande diferencial é que quase a metade dessa área está na Amazônia. São áreas de florestas, são assentamentos diferenciados, do ponto de vista ambiental. E compostos com as comunidades tradicionais da Amazônia, são projetos extrativistas.

Um projeto de assentamento não é só aquele convencional em se parcela a terra, dá um lotezinho e a pessoa planta e colhe. Uma grande parte hoje está na Amazônia com comunidades tradicionais. São aquelas comunidades que trabalham só com o extrativismo de manejo de madeira, produção de castanha, produção de óleos, produção de açaí. É um número bastante significativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neri Geller) - Para encerrar, nós gostaríamos de agradecer a todos os expositores, e dizer ao Presidente do INCRA que nós estamos bastante confiáveis.

Eu disse a um meio de comunicação, no início da legislatura, que não íamos deixar Mato Grosso; que nós iríamos acompanhar de perto essa questão da regularização fundiária.

Podem ter certeza, Prefeitos de Itanhangá, de Novo Mundo, presentes aqui, que tanto eu quanto o Deputado Estadual Ezequiel, o Deputado Valdir Colatto e outros Deputados desta Comissão vamos monitorar *pari passu*, porque esse é um tema de uma importância extraordinária.

Vou encerrar esta reunião, antes, porém, convoco os Srs. Deputados para uma reunião deliberativa amanhã, às 10 horas, neste plenário 6.

Está encerrada a presente reunião.